



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE SOCIOLOGIA EM
REDE NACIONAL

DIOLÍRIO ARAÚJO MEDEIROS FILHO

**Educação contextualizada e Ensino de Sociologia – A trajetória de lutas dos
Quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**

JUAZEIRO-BA

2020

DIOLÍRIO ARAÚJO MEDEIROS FILHO

**Educação contextualizada e Ensino de Sociologia – A trajetória de lutas dos
Quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, como requisito para a obtenção do título de Mestrado em Ensino de Sociologia convênio UNIVASF/UFC.

Orientador: Prof. Dr. José Hermógenes Moura da Costa

JUAZEIRO-BA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE SOCIOLOGIA EM
REDE NACIONAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

DIOLÍRIO ARAÚJO MEDEIROS FILHO

Educação contextualizada e Ensino de Sociologia – A trajetória de lutas dos
Quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais

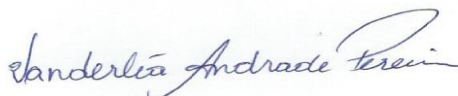
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Mestrado Profissional em Ensino de
Sociologia da Universidade Federal do Vale do
São Francisco - UNIVASF, como requisito
para a obtenção do título de Mestrado em
Ensino de Sociologia convênio
UNIVASF/UFC.

Aprovado em: 15 de maio de 2020.

Banca Examinadora



Orientador Prof. Dr. José Hermógenes Moura da Costa – UNIVASF



Examinadora Interna Prof. M.^a Vanderléa Andrade Pereira – UNIVASF



Examinadora Externa Prof. Dra. Jamile Borges da Silva – UFBA

Dedico esse trabalho a Deus, à minha filha Isadora, à minha esposa Elisa, aos meus pais, Diolório (In Memória) e Maria e aos meus irmãos, Gilliard, Marisângela e Marizene. Vocês são a base de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter nos proporcionado a vida e tudo que tenho construído.

Aos meus pais Diolório Araújo Medeiros (In Memória) e Maria das Graças Costa Alves por todos os ensinamentos e pelo que sou.

À minha filha Isadora, que chegou durante os estudos do Mestrado e me trouxe ainda mais ânimo para buscar meus objetivos.

À minha esposa Elisa Castro, pelo amor e companheirismo de sempre.

Aos meus irmãos Gilliard, Marisângela e Marizene pela força e pela união que temos durante todo o tempo.

Aos meus sobrinhos Anita Maria, Breno José, Júlio César, Roana e Valentina.

Ao professor José Hermógenes Moura da Costa, meu orientador, pelo empenho, paciência e pelas orientações que tanto contribuíram para a realização desse trabalho.

Às professoras Jamile Borges e Vanderléa Andrade, componentes da banca da defesa.

Aos professores do Colegiado do Mestrado Profissional em Sociologia da UNIVASF – Juazeiro, especialmente os que estiveram diretamente conosco: Alexandre Reis, Cláudio Almeida, Ednaldo Torres, Eliana Barros, Fernando Souto, Hermógenes Moura, Luciana Duccini, Marcelo Henrique e Vanderléa Andrade.

A todos os moradores da Comunidade Quilombola do Mulungu, sujeitos da pesquisa, por esse tempo de muito estudo, aprendizado e companheirismo. Com o povo do Mulungu construí uma amizade que segue para a vida toda.

Aos amigos Jorge Bombonatti e Ana Carla pelo acolhimento sempre afetuoso e hospitaleiro em sua residência em nossa estadia em Petrolina. Nessa convivência agradeço também a Maria Ribeiro da Costa, que se tornou para mim uma grande parceira nessa jornada.

A todos os colegas do Mestrado, em especial Ana Bombonatti, Bibiane Góes, José Lacerda e Raquel Vasconcelos pela convivência e companheirismo. A José Pereira pelas proveitosas conversas e por ter disponibilizado aconchego em sua residência. A Marcos por ter sido nosso guia e grande amigo em todos os momentos. A Richelly e Jonatã pelos momentos compartilhados na sala e em rodas de conversa. Aos demais, Demétrio, Andrea, Valdirene, Elza, Fábio e Rafaela, pelo companheirismo e apoio de sempre que a turma, de modo geral, construiu.

A Andreza Rocha e Eriston Matos pelas contribuições nas gravações e nas revisões da escrita do trabalho e a professora Ana Jovina da UNEB/Campus IX – Barreiras pelo incentivo.

RESUMO

As comunidades tradicionais Quilombolas são modos de organizações negras vivas da nossa sociedade, com singularidades e particularidades que precisam ser evidenciadas. A presente dissertação traz os resultados da pesquisa realizada na comunidade Quilombola de Mulungu, com o objetivo de subsidiar a abordagem dos temas da Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política no cenário das atividades da disciplina Sociologia no Ensino Médio. A partir da escuta dos nativos a pesquisa nos possibilitou a produção de conhecimentos acerca da memória coletiva, organização e luta pelas terras dos territórios reconhecidos da Comunidade Quilombola de Mulungu, no município de Boninal-Ba. Os dados foram construídos através da observação participante, com registros em diário de campo e entrevistas qualitativas em profundidade (narrativas) que visaram identificar e caracterizar as trajetórias coletivas dos interlocutores quilombolas do Mulungu – moradores de diferentes faixas etárias e lideranças locais – em suas relações com aquele território tradicional. O *corpus* de dados produzido em campo foi analisado através de conteúdo temático, com identificação e caracterização das trajetórias coletivas, material apresentado como subsídio à abordagem, a partir de exemplos locais, dos temas da Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política. Esse material construído visa contribuir com o debate acerca da educação quilombola contextualizada, em suas peculiaridades históricas, sociológica, antropológica e política, em vias, também, de contribuir para a efetiva implementação da lei nº 10.639/03 que dispõe sobre a inclusão dos conteúdos de História e Culturas Afro-brasileiras.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Ensino de Sociologia. Educação Contextualizada. Cultura e Identidade.

ABSTRACT

Traditional communities are living spheres of our society, with singularities and particularities that need to be highlighted. In view of this, the present work of conclusion of the course brings the results of the research carried out in the Quilombola community of Mulungu with the objective of subsidizing the approach of the themes of Culture, Diversity and Cultural Identity, Social Movements and Political Participation in the scenario of the activities of the discipline Sociology in high school. From the perspective of the “point of view of the natives”, the field research involved the production of knowledge about collective memory, organization and struggle for land, in the context of the recognized territories of the Quilombo de Mulungu Remnant Community, in the municipality of Boninal -BA. The data were constructed through participant observation, with records in a field diary and qualitative in-depth interviews (narratives) that aimed to identify and characterize the collective trajectories of the Quilombola interlocutors of Mulungu - residents of different age groups and local leaders - in their relations with that traditional territory. The corpus of data produced in the field was analyzed through thematic content, with identification and characterization of collective trajectories, and this material was presented focused on the themes of Culture, Diversity and Cultural Identity, Social Movements and Political Participation. This constructed material aims to contribute to the debate about quilombola education, contextualized in local references in its historical, sociological, anthropological and political peculiarities, also in the way of an effective implementation of law No. 10,639 / 03 which provides for the inclusion of content Afro-Brazilian History and Cultures.

Key-words: Sociology teaching; Context; Culture and Identity; Quilombola.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LD - Livro Didático

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCEM - Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio.

OCN – Orientações Curriculares Nacionais

PCNEM - Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA	14
<i>Sujeitos da pesquisa.....</i>	<i>14</i>
<i>Contexto do estudo.....</i>	<i>15</i>
<i>Observação participante.....</i>	<i>15</i>
<i>Entrevistas individuais.....</i>	<i>18</i>
3. PARA ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS, MEMÓRIAS COLETIVAS E IDENTIDADES QUILOMBOLAS.....	21
4. A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E CONTEXTUALIZADA.....	26
5. AS TRAJETÓRIAS DE LUTA E A CONSTITUIÇÃO DO MULUNGU – UMA COMUNIDADE QUE VIVE SUA HISTÓRIA.....	31
5.1 <i>A construção histórica da comunidade – Memórias de um povo.....</i>	<i>32</i>
5.2 <i>Aspectos culturais e religiosos da comunidade.....</i>	<i>44</i>
5.3 <i>A semana de Consciência Negra.....</i>	<i>54</i>
5.4 <i>Traços de identidade cultural.....</i>	<i>58</i>
5.5 <i>Organização comunitária e participação política.....</i>	<i>63</i>
5.6 <i>A educação e a contextualização do ensino.....</i>	<i>70</i>
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
7. REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICES.....	84
ANEXOS.....	105

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho começa a ser concebido a partir do tempo em que comecei a lecionar a disciplina de Sociologia, no Colégio Estadual Rui Barbosa, município de Boninal-BA. Nesse período me incomodavam as muitas limitações no tocante à abordagem dos conteúdos curriculares nas turmas de sociologia do ensino médio da referida escola. Foi possível perceber várias lacunas na mediação, por exemplo, de conteúdos associados à *Memória Coletiva, Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política*. Incomodava, sobretudo, a ausência de relações com as realidades e especificidades locais, como as existências de comunidades tradicionais, especialmente a comunidade Quilombola do Mulungu, eram negligenciadas no currículo. Nessa escola, muitos dos jovens que nela estudam são oriundos da referida comunidade, porém, o trabalho realizado parecia ser pouco contextualizado, faltavam referências sistemáticas ao cotidiano destes estudantes, certamente com repercussões no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

A comunidade quilombola do Mulungu localiza-se a 05 (cinco) Km da sede do município de Boninal-Ba, tendo as origens de sua história estimada em mais ou menos 160 anos. Atualmente conta com uma população aproximada de 500 habitantes, divididos em pelo menos 150 famílias. Cabe ressaltar que, desde 12 de dezembro de 2005, a comunidade é reconhecida oficialmente pela fundação Cultural Palmares como Comunidade Quilombola.

Considerando tais especificidades contextuais, bem como os imperativos de construção de estratégias de ensino em sociologia que privilegiem reflexões a partir dos referenciais locais, o presente trabalho contribui com a abordagem de temas como Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política, através da produção de conhecimentos sobre as trajetórias de ocupação e lutas pela terra da comunidade quilombola de Mulungu. O intuito também foi o de produzir materiais de apoio didático aos professores de Sociologia da região.

Através da abordagem qualitativa, utilizando-se das ferramentas da etnografia, sobretudo a observação participante e entrevistas narrativas em profundidade, buscou-se produzir conhecimentos, a partir da perspectiva dos “nativos”, sobre a memória local acerca da ocupação daqueles territórios tradicionais, com ênfase à trajetória de organização, lutas e conquistas políticas da comunidade.

Nesse percurso, foram evidenciados seus marcos de resistência, o processo de construção de identidades centrado na luta pela terra buscando descrever os modos como a

comunidade reconstrói a sua própria trajetória de formação até os dias atuais. Assim, as informações encontradas e os dados construídos demonstram o fortalecimento da comunidade, através do conhecimento da história e memória coletiva, além da demarcação de espaços/territórios e a fortificação das relações estabelecidas dentro da comunidade.

Segundo Santos (2015), as comunidades quilombolas, em grande medida, demonstram a necessidade, o desejo e os traços da organização, visto que desde seus surgimentos elas foram trabalhadas na perspectiva das ajudas mútuas para que suas pautas fossem colocadas em discussão. Fica evidente que se juntar para o alcance dos objetivos não é uma estratégia recente entre essas comunidades.

Ainda sobre esse aspecto, Miranda (2012, p. 372) ressalta a diversidade de modos de formação das comunidades quilombolas. A própria acepção *remanescente de quilombo* demarca uma reformulação negociada de forma a abarcar a diversidade de ações empreendidas para a conquista da terra.

Nesse sentido, como também ressalta Miranda (2012), é preciso estabelecer uma Sociologia das ausências, ou seja, procurar ouvir e encontrar aquilo que nunca foi registrado, portanto, aquilo que ainda é tido como não existente. É certo que, não se espera, neste trabalho, conseguir abarcar toda a história dos quilombolas do Mulungu, visto que há uma amplitude de cenários e informações difíceis de serem ajuntadas em um único esforço. Mas, espera-se, sobretudo, realizar um ajuntamento da maior quantidade de informações possíveis para a construção de um material relevante e com aceitação e utilização prática também no dia a dia da comunidade, bem como nos trabalhos escolares de professores e estudantes.

Ao longo de muitos anos de sua “existência”, o Brasil passou por um processo de escravização oficial de pessoas que tratou os negros como animais, retirando deles praticamente todos os direitos, promovendo formas de humilhação sem precedentes e os tratando com violência extrema. Durante esse tempo, pessoas eram tratadas de forma degradante, além de passarem por situações extremamente desumanas que desrespeitam os direitos humanos. Para Moraes (2017, p. 117) a exploração da “mercadoria” humana africana, se tornou uma das mais vantajosas fontes de renda para desenvolver a colônia.

Em função das condições de vida enfrentadas, mesmo depois da suposta “libertação”, os povos afrodescendentes, na cidade ou no campo, tiveram como herança toda uma dívida histórica, com repercussões importantes no exercício de direitos básicos. Segundo Nunes (2006), o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e mesmo depois da libertação a esperada cidadania nunca aconteceu, ressaltando que a atitude do estado para a situação do

negro sempre foi de omissão. Por exemplo, tais populações tenderam a passar por um processo de escolarização tardio. A elas, muitos direitos fundamentais foram e ainda são negados. Cabe destacar que ainda durante a escravidão, muitos negros fugitivos formaram quilombos que deram origem a comunidades quilombolas como conhecemos hoje e elas continuaram a ter direitos renegados.

(...) foram anos de exclusão dessas comunidades quilombolas por parte do governo e da sociedade brasileira, não permitindo que grande parte destes tivessem acesso à infraestrutura social básica, à educação, aos serviços de saúde, dentre outros, necessários à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que fazem parte dos quilombos. (SANTOS, 2015 p. 4)

Além do acesso à educação de qualidade, essa dívida histórica com as populações negras também repercute na própria conformação dos currículos. Por exemplo, o protagonismo dos grupos afrodescendentes nos processos sócio-históricos de constituição da sociedade brasileira vem sendo negligenciados/silenciados nos currículos. No tocante ao Ensino de Sociologia, estudos como os de Soares (2008) e Meucci (2013), revelam que, de modo geral, as questões socioculturais relacionadas aos grupos afrodescendentes são pouco trabalhadas nessa área e nas demais humanidades.

Mesmo após 2003, quando dá aprovação da lei 10.639/03, estabelecendo a inclusão dos conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos das escolas, ainda nos deparamos com limitações importantes no tocante à formação docente, bem como a produção de materiais didáticos adequados ao imperativo da lei.

Aqui, cabe ressaltar a necessidade de superação dessa lógica que faz do espaço escolar um reproduzidor das desigualdades sociais. Sobre o projeto que a escola vem desempenhando ao longo dos tempos, Cavalleiro (2005, p. 98) traz esclarecimentos que, a despeito da lei 10.639/03, ainda persistem:

(...) o trabalho na escola está permeado pelas lógicas de relações sociais e raciais desenvolvidas, em que os envolvidos no processo de escolarização (professores, diretores e operacionais) apresentam um pensamento orientado e influenciado pela trajetória racial da sociedade, segundo a qual: - a existência de racismo é negada;
- não são reconhecidos os efeitos prejudiciais do racismo para os negros;
- não são reconhecidos os aspectos negativos do racismo também para as crianças brancas; e – não se buscam estratégias para a participação positiva da criança negra, mesmo quando se reconhece a existência da discriminação no cotidiano escolar.

Esta parece ser a realidade em boa parte das escolas que recebem estudantes de comunidades quilombolas, no Colégio Estadual Rui Barbosa, foi esse quadro que encontrei. Escola de médio porte, com professores, em sua maioria, sem formação específica para a docência da disciplina Sociologia, tradicionalmente realizando seu trabalho com um foco intensivo no livro didático, o que acaba por limitar a contextualização das discussões/conteúdos à luz das realidades locais, em especial, os contextos de comunidades tradicionais como as remanescentes de quilombo.

Diante desta contextualização, algumas indagações práticas me inquietavam: Considerando que alguns estudantes têm origem, pertencimento e autorreconhecimento enquanto membro da Comunidade Quilombola do Mulungu, de que modo os temas da Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política, tratados nas aulas de Sociologia no Ensino Médio, poderiam ser mediados de modo a se aproximar das realidades desses estudantes quilombolas, em verdade, das realidades locais? Como fazer com que esses conteúdos sejam mediados/discutidos/“ensinados” de forma contextualizada? Não apenas enquanto conceitos e categorias teóricas abstratas, mas como conceitos/categorias operacionalizadas a partir do exemplo da trajetória de ocupação e luta pelas terras tradicionais sob a tutela dos quilombolas do Mulungu.

Assim, minha proposta de trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral produzir material didático que subsidie as abordagens dos temas da Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política, a partir da produção de conhecimento, na perspectiva dos nativos, acerca da memória coletiva de ocupação, organização e luta pelas terras, no contexto dos territórios reconhecidos da Comunidade Remanescente de Quilombo de Mulungu, Boninal-Ba. Mais especificamente, busquei: a) Identificar e caracterizar os aspectos que constituem a memória local sobre as origens da ocupação daqueles espaços, a criação da comunidade, especificidades socioculturais, bem como os percursos percorridos até o reconhecimento oficial como comunidade quilombola, suas relações com a Identidade Cultural; b) Levantar, na perspectiva das lideranças da comunidade, a trajetória de constituição do movimento social que levou à formação da Associação Quilombola de Mulungu, o (auto) reconhecimento da afrodescendência e pertencimento a um território tradicional, memória social e identidade cultural na luta pela terra; c) Identificar a importância atribuída pelos líderes da comunidade ao engajamento dos jovens na luta pela preservação de costumes, fortalecimento da cultura e identidade da comunidade e; d) Propor alternativas/recursos didáticos ao trabalho pedagógico em

sociologia, no sentido de possibilitar uma abordagem mais contextualizada localmente, a partir das vivências da comunidade quilombola do Mulungu.

O intento de desenvolver esse material coaduna com a superação de lacunas relacionadas ao imperativo de aproximar as discussões de sala de aula às realidades locais, especialmente no que se refere às comunidades Quilombola. Mas também, se relacionam à construção de dados que possa colocar as aulas de sociologia a serviço das demandas por organização e participação política entre jovens da comunidade de Mulungu, o que passa pelo reconhecimento do pertencimento a uma trajetória sociocultural de ocupação e luta por territórios tradicionais negros.

Assim, após discutir os dados construídos à luz dos autores que fundamentam esse trabalho, apresento uma contextualização dos temas abordados, além das análises realizadas divididas em tópicos. Por fim, sugiro nos apêndices, algumas sequências didáticas construídas a partir da etnografia realizada e do livro didático utilizado na escola de Ensino Médio que recebe os estudantes oriundos do Mulungu, para serem testadas no sentido de subsidiar o Ensino de Sociologia na referida escola.

2. METODOLOGIA

Sujeitos da pesquisa

Para a realização da investigação foram selecionadas 15 lideranças da comunidade: 03(três) jovens, 06(seis) adultos e 06(seis) idosos. Essas pessoas são representantes da comunidade quilombola do Mulungu, sendo eles líderes comunitários, religiosos, políticos, culturais e outras personalidades que conhecem a história da comunidade. A escolha foi realizada em comunhão com os moradores da comunidade quando apresentei o projeto em uma reunião da associação de moradores, daí, em consenso, definimos organizando por idade, sexo, participação nas atividades da comunidade e representatividade. Com essas pessoas, foram realizadas entrevistas no intento de construir um material com informações acerca da formação cultural, religiosa, das lutas e conquistas alcançadas até que se chegassem à conjuntura atual da comunidade, ressaltando a importância dos representantes locais, das singularidades e particularidades que fazem desse lugar único.

Durante o estudo foram realizadas inserções constantes na comunidade em diversos momentos, a exemplo de festas culturais e religiosas, eventos de cunho esportivo, reuniões da

associação comunitária, rodas de conversas e outros momentos que se apresentaram como possibilidade de construção efetiva de dados, através do método etnográfico, visando compreender o ponto de vista dos moradores, evidenciando suas visões de mundo, bem como as formas pelas quais a comunidade se formou e se fortaleceu no decorrer dos tempos.

Contexto do estudo

O lócus da pesquisa foi a Comunidade Quilombola de Mulungu, localizada na zona rural do município de Boninal-Ba, distante cerca de 05 Km da sede. A opção por esse contexto se deu em função de que a comunidade do Mulungu apresenta uma organização comunitária sólida, por meio de uma associação de moradores atuante e que ao longo dos anos já conseguiu avançar muito nas questões sociais, prezando pela valorização cultural e o acesso às políticas públicas. Essa comunidade tem uma história estimada em 160 anos, com uma população atual de aproximadamente 500 pessoas divididas em média por 150 famílias.

Observação participante

A escolha por um tipo de pesquisa está diretamente relacionada à natureza do estudo e o reconhecimento da importância dessa etapa do projeto. Para isso, procurei buscar primeiro uma metodologia que assegurasse o alcance dos objetivos e a pertinência dos dados construídos. Assim, ficou evidente que a pesquisa qualitativa seria o caminho propício para o desenvolvimento dessas atividades, já que um trabalho dessa natureza deve levar em consideração as características do lócus, o ambiente social onde acontecerão as observações e entrevistas, além dos sujeitos, de modo que se tornem um verdadeiro laboratório rico e propulsor de novas aprendizagens.

O método etnográfico foi a principal estratégia metodológica, buscando na vivência dos quilombolas as referências e experiências que construíram e constroem a memória da comunidade. “Uma etnografia consiste em um levantamento de todos os dados possíveis de uma determinada comunidade com a finalidade de conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma” (CAVEDON, 2003, p. 143). Na perspectiva desse método, a observação participante foi realizada dentro da comunidade em momentos de rotina diária, mas também em momentos em que os moradores se reúnem para realizar atividades de integração e tantas outras manifestações características do Mulungu quilombola.

Ao fazer a opção pelo método etnográfico, busquei aproveitar observar os sujeitos da pesquisa em constantes interações e socializações para que fossem afloradas suas visões sobre suas realidades vividas, identificando detalhes que em outras abordagens poderiam ser colocados em segundo plano, impossibilitando a realização de estudos de maior profundidade. Não passei por um longo período de estudo na comunidade, mas o bastante para construir um *corpus* de dados, pois, nas palavras de Malinowski, encontrei definições que me orientaram sobre como fazer esse trabalho buscando aproveitar tudo que o método poderia me ofertar

[...]. Qual é então essa mágica do etnógrafo mediante a qual ele é capaz de evocar o real espírito dos nativos, o verdadeiro quadro da vida tribal? Como de costume, o sucesso só pode ser obtido pela aplicação paciente e sistemática de várias regras de senso comum e princípios científicos bem conhecidos, e não pela descoberta de um atalho maravilhoso que leve aos resultados desejados sem esforço ou dificuldade. Os princípios do método podem ser agrupados em três tópicos principais; em primeiro lugar, naturalmente, o estudioso deve possuir objetivos científicos reais e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, ele deve se colocar em boas condições de trabalho, isto é, sobretudo, viver sem outros brancos, bem no meio dos nativos. Finalmente, ele tem de aplicar vários métodos especiais de coletar, manipular e fixar suas evidências. (MALINOWSKI, 2016. p. 114)

Estive presente em diversas situações do dia a dia da comunidade e pude registrar inúmeros eventos que ajudaram a escrever esse material e que, juntamente com a fundamentação teórica, ajudaram a explicar os conceitos ao qual esse trabalho se propôs abordar. Esse procedimento foi de extrema importância, fazendo com que os dados não fossem propriamente coletados, mas, construídos a partir da realidade vivificada no cotidiano da população quilombola.

A escolha por esse tipo de pesquisa se deu no momento em que, ao elaborar o tema, várias perguntas foram surgindo, gerando objetivos que não seriam alcançados através de dados apenas quantitativos, não que eles não poderiam ser utilizados, mas ficou evidente que não seriam os mais contundentes.

Nesse sentido, minha inserção na comunidade se deu basicamente, em primeiro momento, na reunião da associação dos moradores, para apresentação do projeto e a partir daí, em diversas situações que foram possíveis, sempre observando os detalhes, ora acompanhado por pessoas da comunidade, ora não, sempre com meu diário de bordo.

Segundo Minayo (1999), as abordagens qualitativas não buscam alcançar a verdade, ou julgamento do que é certo ou errado; a preocupação primeira é a compreensão da lógica que permeia a prática que ocorre na realidade. Nessa abordagem um conjunto de técnicas são possíveis na construção dos dados.

Dentre tais técnicas, além da observação participante, são utilizadas a observação direta, filmagens, captações fotográficas, entrevistas narrativas (...) sobre a história de vida dos sujeitos em foco na pesquisa, levantamento de registros históricos, entre outras. Cada uma dessas técnicas, por sua vez, pode contemplar um amplo espectro de possibilidades de que o pesquisador dispõe para escolher. Sua escolha será pautada pelo melhor modo de se acercar da realidade a ser pesquisada. (CHIESA 2014, p. 04)

Ao realizar minhas observações etnográficas evidencio os traços, as marcas, as características e tantos outros aspectos que caracterizam as singularidades e particularidades que a comunidade possui, e que a torna um verdadeiro celeiro de manifestações.

Ainda nesse contexto, foram realizadas diversas conversas e entrevistas com tópicos norteadores para que os pontos de vista dos quilombolas fossem colocados de maneira clara para a construção dos dados. Durante esse período, as anotações do diário de bordo foram extremamente salutares, pois me possibilitou o registro de informações sobre a vivência da comunidade.

Certas peculiaridades sutis, que causam uma impressão enquanto são novidades, deixam de ser notadas tão logo se tornam familiares. Outras só podem ser percebidas com o melhor conhecimento das condições locais. Um diário etnográfico, mantido de maneira sistemática durante todo o curso do trabalho do etnógrafo num distrito, seria o instrumento ideal para esse tipo de estudo. E se, lado a lado com o normal e o típico, ele anotar cuidadosamente os desvios ligeiros ou mais pronunciados, ele será capaz de indicar os dois extremos dentro dos quais o normal se move. (MALINOWSKI, 2016. P. 129)

Esse trabalho de inserção no contexto dos quilombolas significou ir ao campo levantar conhecimentos sobre as formas de agir e pensar no dia a dia da comunidade. Em outras palavras, foi saber como eles vivem, como interagem, como acontecem as construções históricas, além de perceber como eles entendem a valorização das pessoas e os costumes da comunidade. Desse modo, um instrumento que esteve sempre presente e atualizado foi o diário de campo, utilizado para realizar todos os registros relevantes e necessários à pesquisa especialmente sobre a dinâmica de convivência dos moradores.

A coleta de dados concretos de uma ampla série de fatos é, portanto, um dos principais pontos do método do trabalho de campo. A obrigação não é enumerar alguns exemplos apenas, mas esgotar tanto quanto possível todos os casos a nosso alcance; e, nessa busca de casos, o investigador registrará a maior parte daqueles, cujo mapa mental é mais claro. Contudo, sempre que o material da investigação o permitir, esse mapa mental deve ser transformado em mapa real [...] (MALINOWSKI, 2016. p. 122)

Assim, foi com base nessas informações que as observações foram analisadas, além de outros registros advindos dos demais instrumentos da pesquisa, a exemplo das entrevistas narrativas com gravações de áudios e vídeos. Esse ajuntamento de informações faz parte do *corpus* de dados.

Entrevistas individuais

Outro instrumento utilizado foi a entrevista com os moradores da comunidade. As narrativas foram provocadas de forma semiestruturada com pontos discursivos para dar conta de investigar as indagações dessa pesquisa. Para Gaskell (2002), a entrevista qualitativa é uma metodologia amplamente empregada nas Ciências Sociais, enquanto método que permite “descobrir” perspectivas, pontos de vista sobre os fenômenos, além daqueles do pesquisador. Essa ponderação sobre o método, expressa a ideia de que os sujeitos da pesquisa precisam ser considerados em suas vivências do dia a dia e mediante aquilo que eles constroem na sua vida cotidiana.

Nesse contexto, como assevera Gaskell (2002), fica evidente que narrar uma história, contar uma vivência, relembrar memórias são tarefas de lugar comum na vida de crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade. Esse momento de *feedback* foi sempre visto como um rico momento cultural e histórico na vida de uma comunidade, especialmente as comunidades quilombolas. Em vista disso, outro instrumento importante de construção de dados, com base em Jovchelovitch & Bauer (2002), foram as entrevistas do tipo narrativas com pessoas da comunidade, em especial aquelas ligadas à organização comunitária.

Para Schutze (1987), a narração está mais propensa a reproduzir em detalhes as estruturas que orientam as ações dos indivíduos. A utilização das narrativas possibilita aos sujeitos da pesquisa e ao pesquisador, uma interação que favorece o aparecimento de informações de extrema importância e relevância. Foi durante essas entrevistas que, de forma espontânea, os interlocutores tiveram a oportunidade de relembrar/refletirem sobre as

memórias de participação, luta e conquistas que fortaleceram a vida da comunidade, especialmente nas questões ligadas à luta pela terra, a formação da comunidade, a consecução de recursos, benefícios e o acesso às políticas públicas de estado. Sobre isso, Moraes (2017, p. 118) coloca que quase sempre essas histórias relatam momentos dolorosos com resquícios trazidos da escravidão.

Como ressalta Gaskel (2002), a entrevista não pode ser um conjunto de perguntas fechadas, o moderador deve elaborar tópicos guias para orientar a pesquisa. Esses tópicos buscaram provocar os entrevistados no sentido de relembrar as histórias para construir suas narrativas. Utilizando essa ferramenta, o pesquisador provoca o entrevistado a tomar coragem para fornecer informações sobre aquilo que ele considera importante na reconstrução das trajetórias locais. Nesse encorajamento, os sujeitos sentem-se à vontade para expor pontos de vista, bem como elencar detalhes que enriquecem a história narrada, ampliando os horizontes trazidos em suas narrativas.

Na entrevista narrativa, pede-se ao informante que forneça, em uma narrativa improvisada, a história de uma situação de interesse de que o entrevistado participou (...) A tarefa do entrevistador é fazer com que o informante conte a história da área de interesse em questão como uma história consistente a partir de todos os acontecimentos relevantes, desde o início, até o fim” (HERMANNNS *apud* FLICK, 2002, p. 129).

Durante a pesquisa, fui desafiado a provocar os entrevistados com os pontos que achava importante buscar nas narrativas. Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas em locais diversos, como residências, praças, locais abertos e nas ruas sendo elas sempre gravadas com áudio e vídeo e registros no diário de bordo. Com base em Jovchelovitch & Bauer (2002, p. 107-108), é importante salientar ainda que, várias versões apareceram para um mesmo fato, pois foram contados por pessoas diferentes, porém foi realizada uma análise criteriosa dos dados levantados para que os pontos de encontro entre uma entrevista e outra fossem norteadores do trabalho de análise em busca das trajetórias coletivas.

O processo de análise dos dados iniciou-se com a transcrição das falas dos áudios e vídeos gravados. Nesse sentido, apareceram várias marcas empregadas pelos interlocutores que demonstram as particularidades da linguagem popular da comunidade, além das marcas de entonação e pausas que também expressam verdades.

Para realizar a análise das entrevistas, desenvolvi o trabalho com base em Jovchelovitch e Bauer (2002) que apresentam seis passos que compõem a proposta de Schütze

para a análise de entrevistas. Nessa óptica, o primeiro passo foi a transcrição criteriosa dos dados construídos; o segundo foi o momento de separar os materiais indexados, ou seja, aqueles que têm uma referência concreta “quem fez o quê, quando, onde, porquê”, para iniciar a organização e o não indexado, aquele material que vai além dos acontecimentos, expressando valores, juízos e a subjetividade dos saberes da vida. Sobre os achados não indexados fiz a divisão em dois grupos; os descritivos – referentes ao como os acontecimentos são sentidos e experienciados, aos valores e opiniões ligadas a eles –, e os argumentativos – se refere à legitimação do que não é aceito pacificamente na história e a reflexões em termos de teorias e conceitos gerais sobre os acontecimentos. No terceiro passo fiz a constituição das ‘trajetórias’ de cada indivíduo através do uso de todos os componentes indexados do texto para analisar o ordenamento dos acontecimentos para cada indivíduo, separando as falas de maneira sequenciada.

No quarto passo analisei as dimensões não indexadas do texto investigadas como espécie de “análise do conhecimento”. Nesse passo, fui em busca das opiniões, das reflexões, das teorias gerais e as justificativas sobre as trajetórias de vida no que, para eles, é tido como comum ou incomum, para realizar as devidas comparações dos elementos narrados no tocante ao entendimento dos informantes. No quinto passo foi feito o agrupamento das trajetórias individuais, fazendo as devidas comparações das memórias revividas. Por fim, o sexto e último passo, foi o de comparar pela última vez os casos, dentro do contexto das semelhanças das trajetórias individuais, as semelhanças e diferenças apresentadas. Fazendo isso, foi possível identificar o que, de fato, são trajetórias coletivas. (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002, p. 106-107).

Essa fase das entrevistas contribuiu para construir um *corpus* de dados que embasaram a integração destes achados empíricos. Depois de concluído esse trabalho, Jovchelovitch & Bauer, (2002) serviram de base também para a análise. Segundo Schutze (*apud* Jovchelovitch & Bauer, 2002, p. 110), as entrevistas narrativas têm características que favorecem o trabalho etnográfico, sendo:

A narrativa privilegia a realidade do que é *experienciado* pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é *real* para o contador de história.

As narrativas não copiam a realidade do mundo fora delas: elas propõem representações\interpretações particulares do mundo.

As narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço. As narrativas estão sempre inseridas no contexto sócio histórico. Uma voz específica em uma narrativa somente pode ser compreendida em relação a um contexto mais amplo: nenhuma narrativa pode ser reformulada sem tal sistema de referentes.

Com efeito, o pesquisador vê a história sempre a partir de duas faces: a representatividade individual ou coletiva e a referência ao mundo além do indivíduo. Diante disso, precisamos ser sensíveis para as imaginações e distorções configuradas nas narrativas humanas, porém é preciso, também, estar atento à materialidade do mundo das histórias, procurando realizar as devidas considerações para a construção coerente dos dados. (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002).

Assim, os dados construídos estão organizados no capítulo IV, trazendo uma análise das entrevistas e observações com base nas referências utilizadas na discussão teórica desse trabalho. Por fim, o texto traz as informações analisadas com vistas à contextualização das trajetórias de luta enfrentadas na construção histórica da comunidade bem como um paralelo com as experiências escolares vivenciadas na localidade.

3. PARA ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS, MEMÓRIAS COLETIVAS E IDENTIDADES QUILOMBOLAS

O desenvolvimento de uma educação que promova a superação de dificuldades, bem como o fortalecimento da cidadania, é uma preocupação presente nos trabalhos de Freire (1996), onde a educação aparece como extremamente importante no crescimento pessoal e profissional dos sujeitos, afinal, antes de ler palavras, as pessoas leem o mundo e precisam empoderar-se ao ponto de alcançarem sua emancipação pessoal.

Para tanto, há que se pensar em estratégias e recursos que sejam incorporados ao trabalho em sala de aula. Por exemplo, se quisermos uma educação que fortaleça vínculos e valorize a cultura, precisamos pensar a partir do local.

Como assevera Carril (2017, p 543),

(...) a afirmação dos sujeitos tem se dado em virtude de suas próprias demandas sociais e territoriais, diferenciando-se dos marcos governamentais

e das estratégias de planejamento, que muitas vezes desconsideram as singularidades nas políticas públicas.

Portanto, contextualizar o trabalho tem sido importante ferramenta, pois, como enfatiza o autor, é preciso observar as demandas sociais e territoriais de cada povo. Aqui, destaque para a atuação dos profissionais da educação e os materiais didáticos utilizados. Nesse caso, em especial o livro didático “Sociologia para jovens do século XXI”, dos autores Luiz Fernando de Oliveira e Ricardo César Rocha da Costa, publicado pela Editora Novo Milênio, em 2016, instrumento que vem sendo utilizado na escola de Ensino Médio do Município de Boninal que atende aos Estudantes do Mulungu¹. Pensando nas experiências vividas em algumas escolas de ensino Médio, pude perceber que, assim como apresenta Florêncio (2018), é lugar comum na educação básica tomar o livro didático como principal recurso que docentes utilizam para lecionar.

Assim, o material didático, não só para a sociologia, mas para as diferentes disciplinas encontra-se como um dos recursos mais utilizados no ambiente escolar, pois cabe a este determinar os conteúdos e condicionar as estratégias de ensino, assumindo assim, o papel de um currículo escrito. Ao mesmo tempo, que passa a ser um instrumento legitimador das propostas e discursos oficiais, tornando-se um mecanismo possuidor de poder no ambiente escolar. (FLORÊNCIO 2018, p. 05)

Por conta disso, há uma mobilização nacional, a cada três anos, por parte do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dos sistemas de ensino, das escolas e das editoras, no sentido de organizar a oferta e escolha das obras que serão disponibilizadas nas escolas. Cabe ressaltar que, nesse processo, ficam de fora muitas especificidades das comunidades a que estes materiais se destinam, motivo pelo qual muitos municípios têm buscado produzir seus próprios materiais didáticos.

Assim como nos diz Silva e Souza (2013), a escolha do livro didático de sociologia é processo que não deve ser feito de qualquer forma, é preciso analisar profundamente sobre os conteúdos que nele aparecem, bem como as metodologias e objetivos aos quais se propõem.

No tocante ao ensino de Sociologia no nível médio, considerando o papel que a educação escolar pode cumprir na formação/emancipação humana, em que medida os livros didáticos permitem/colaboram para uma leitura do mundo local? Quando é feita a referência

¹ Adiante pensaremos mais sobre suas especificidades

ao conteúdo do livro didático de Sociologia, partindo das experiências no ensino de Sociologia no Colégio Rui Barbosa, procura-se evidenciar certa negligência em relação às realidades socioculturais locais, por exemplo, na mediação de conteúdos/temas como Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política, a partir de trajetórias locais. Como exemplo, podemos citar as relações que as comunidades quilombolas estabelecem com seus territórios tradicionais, a luta pelo reconhecimento e direitos a terra e políticas públicas de reparação, a despeito do destaque que tais discussões podem tomar em sala de aula.

Nos estudos de suas especificidades, a Sociologia procura debater as relações sociais estabelecidas na sociedade, de modo que ela pode ser uma excelente aliada nesse processo de desnaturalização e estranhamento do contexto social, pois em sua essência ela trabalha com o debate das situações sociais postas. Dessa forma, cabe destacar a discussão de teorias e temas que contribuem para o desenvolvimento social dos educandos, e que também favoreçam ao nascer de uma reflexão sobre as demandas enfrentadas no dia a dia da sociedade.

Dentre as políticas públicas da educação, destaca-se o Livro Didático – LD, através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Baseado em minha experiência profissional e nas entrevistas feitas com os participantes dessa pesquisa, esse recurso vem sendo altamente utilizado e, na maioria dos casos, torna-se o material mais utilizado pelos professores e estudantes nas diversas salas de aula do Ensino Médio.

Por outro lado, este mesmo livro didático, tão utilizado nos sistemas educacionais, ainda apresenta ausências significativas nas questões relacionadas ao trabalho com as comunidades tradicionais de modo geral e as questões que as caracterizam de modo específico. Pensando assim, a produção de materiais de apoio se torna de suma importância no sentido de complementar os trabalhos que são desenvolvidos nas escolas de Ensino Médio.

Dessa forma, uma demanda importante no contexto de minha atuação como docente de Sociologia, remete à necessidade de fazer um debate que explore as realidades locais de ocupação e lutas pela terra de comunidades tradicionais como os Quilombolas do Mulungu. Evidenciar que a construção da identidade desse povo passa por um melhor entendimento da própria luta quilombola como expressão de resistência dos grupos negros no Brasil. Observar as relações entre a questão quilombola no Brasil e suas interfaces com a Memória e a Identidade de grupos no reconhecimento de certa trajetória social de luta e resistência. Concordando com Carril (2017), essa trajetória de lutas por conquistas de direitos, articulada com a discussão sobre a formação social do país, ainda presente, deve estar sempre em pauta.

Nesse contexto, temos os primeiros registros sobre o surgimento dos quilombos no mundo remontando aos séculos XV e XVI. No Brasil, segundo Munanga (1995/1996), há uma ligação direta com o que acontece em algumas regiões africanas nos séculos XVI e XVII. Pensando na Bahia, Schwartz (1996) aponta a iniciativa da organização em quilombos nos séculos XVIII e XIX, devido à grande quantidade de africanos no estado. Pensar no surgimento de comunidades de remanescentes de quilombos, como sinalizam Almeida (1999) e Gusmão (1995), remete a formações sociais que se constituíram a partir de uma grande diversidade de fatores, a exemplo de fugas, buscas por terra, cultivo e outros.

Grupos que lutam não só por “um pedaço de terra” ou pela recuperação de erros do passado, mas também pela defesa de seus modos de vida e organização social presentes, suas formas religiosas, rituais e de manuseio da natureza, assim como por uma nova perspectiva de futuro, em que sejam considerados, dentro de suas próprias peculiaridades, como atores relevantes no momento da formulação e execução de políticas públicas. (ARRUTI 2002, p. 9)

Uma questão central, apontada por trabalhos como de Schmitt (2002) e Alves (2014), diz respeito ao pertencimento quilombola. Um primeiro aspecto a ser discutido é o da questão quilombola, suas relações com a manutenção de certa memória coletiva de pertencimento a um determinado território. Como afirma Alves (2014, p. 108), a questão da subjetividade quilombola, “compreendida por meio de sentidos e significações atribuídos, nos remete a discursos e narrativas sobre a história do grupo, sendo construída por representações e relações sociais”.

Dessa forma, pensar em uma identidade quilombola, caracterizada pelo reconhecimento de pertença a uma determinada trajetória coletiva de ocupação e luta por territórios tradicionais ligados a uma herança afrodescendentes, é pensar em uma construção assentada nas formas de resistência e luta pela terra. Como esclarece Schmitt (2002, p. 4), a identidade quilombola é construída a partir de uma trajetória singular de lutas pelas terras. Cabe salientar que, a categoria identidade quilombola foi negligenciada, de certa forma, passando a assumir importância significativa nos embates relacionados à própria sobrevivência/reconhecimento quilombola. Outro aspecto interessante, segundo o autor, é o sentimento de pertença a partir dos vínculos familiares, especialmente os que se relacionam no mesmo espaço e tempo. De fato, os processos de incorporações de identidades assumiram

um papel fundamental na luta pela terra e garantia de direitos, ante abissal dívida histórica da sociedade brasileira, para com os grupos negros da diáspora africana.

Para Alves (2014), refletir sobre a identidade quilombola remete às próprias ações de homens e mulheres em suas relações com a sociedade em geral. Os seres humanos, lembremos, são interpelados pelos sistemas sociais compartilhados que contribuem na sua formação identitária. Assim, a identidade pessoal está relacionada a uma noção psíquica de si mesmo, já a identidade social se refere às relações do coletivo, àquilo que se constrói em sociedade. Portanto, a formação de uma identidade quilombola remete aos processos de inserção dos sujeitos em suas comunidades, seus valores, sentidos, significados e ‘enredos’ construídos, transmitidos e compartilhados socialmente, a partir da conformação das memórias locais. Destarte, a noção de memória, relacionada à formação/fomento à identidade, cultura e ancestralidade quilombolas, aparece como categoria fundamental. Segundo Moura (1981), a fuga e a memória estão presentes na vida e narrativas das comunidades, são indispensáveis. Essa discussão é ratificada por Alves (2014), quando ressalta como faz parte do imaginário dos remanescentes, elemento central na realidade atual, o imperativo de retomada de suas memórias coletivas.

Outro conceito relevante é o de memória no sentido de que permite a construção de identidades individuais e coletivas. Ao reviver lembranças e vivências, os quilombolas podem vislumbrar um futuro de conquistas que poderão servir para a superação de muitas das dificuldades vividas. Segundo Lemos Junior (2011, p. 52), a memória constitui-se em um elemento fundamental na construção de identidades individuais e coletivas. Essa técnica de lembrar e contar faz com que os quilombolas se localizem e busquem o estabelecimento sociocultural e territorial.

Segundo Lemos Junior (2011), é fundamental ressaltar a importância das memórias coletivas enquanto marcos da cultura, cumprindo papel crucial no seu reconhecimento/fortalecimento. Daí a pertinência da educação quilombola, em especial uma preocupação com a mediação de conteúdos na área das Ciências Sociais, ante o imperativo de construção de uma educação que fomente o pertencimento e a identidade de jovens negros quilombolas, sua participação política e protagonismo enquanto atores sociais.

A relevância dos temas aqui discutidos trouxe para a pesquisa em questão um paralelo sobre aquilo que é ensinado em sala de aula, no componente curricular de Sociologia, bem como mostra a necessidade do trabalho contextualizado. Durante a pesquisa, seja nas observações ou nas entrevistas, ficou claro que, sobre essas questões, os entrevistados não

tiveram discussões em sala. Os costumes, a cultura, a memória, bem como as formas de participação na comunidade são pouco evidenciadas e isso deve fazer parte do currículo de Sociologia. Assim, a história quilombola precisa ser trabalhada também como foco nas realidades locais, a exemplo da história do Mulungu.

4. A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E CONTEXTUALIZADA

Pensar em uma educação que atenda às especificidades quilombolas, como bem explicita Carril (2017, p. 550), é se atentar a uma nova proposta pedagógica, uma perspectiva que leve em consideração as relações étnico-culturais, seus contextos de lutas, bem como os princípios que regem a organização das comunidades. Sobre isso, o artigo 34 das Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola definem que

O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

§ 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola. (BRASIL 2004, p. 13)

Estas necessidades surgem das muitas lutas travadas no decorrer dos tempos pelos movimentos organizados e pelas lideranças das comunidades quilombolas. Tais lutas, não raro, se deram no sentido de garantir que suas particularidades e singularidades fossem preservadas, mesmo estando em contato com a base nacional comum. Com efeito, pensar em educação quilombola significa considerar as narrativas do povo, bem como a história de luta das comunidades de modo geral.

Para esse fim, propõe-se pensar a educação quilombola com base nos contextos de uso do território, da etnicidade e da memória presentes nas narrativas dos sujeitos no intuito de construir metodologias que proporcionem aprendizagens tendo como pontos de partida elementos referentes às realidades locais das comunidades. Nesse sentido, romper com

uma história longa de alienação e exclusão étnica e racial que se inaugura com a formação da sociedade brasileira. (CARRIL, 2017, p. 555)

Apesar das muitas limitações, a partir de tais demandas, vemos surgir tentativas importantes de resolução do imperativo por uma educação quilombola contextualizada, implementadas de forma gradual. Um documento importante nesse processo foi a aprovação da lei 10.639/2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), que coloca a obrigatoriedade da inclusão dos conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica. Essa ação visou, entre outras coisas, promover a valorização da história africana e afro-brasileira, além de trabalhar no combate ao preconceito e à discriminação dentro das instituições escolares do Brasil, fomentando a autoestima de escolares afrodescendentes, ao trazer para uma nova versão do protagonismo dos povos negros no processo de constituição do ocidente, e, claro, na construção do que podemos chamar de sociedade brasileira.

Outro documento importante que versa sobre as questões do negro e da educação que inclui as discussões étnico-raciais, são as Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio (BAHIA, 2005, p. 29), que propõem práticas pedagógicas que tenham significado e procurem em seu dia a dia valorizar as temáticas que estão envolvidas no processo de educação para a cidadania dos grupos tradicionais. Assim, dentre outros aspectos, é preciso se considerar, não só no Ensino Médio, mas em todas as etapas, a identidade, a diversidade e a autonomia do sujeito em suas múltiplas dimensões.

Essa valorização necessária, passa pelo caráter identitário do sujeito dentro do espaço escolar e na valorização de suas raízes. O processo de ensino em Sociologia precisa ser um instrumento que propulsione a construção da autonomia no sentido que os educandos possam consolidar sua trajetória pessoal. "Identidade e autonomia são construções concomitantes, na medida em que o sujeito consiga se posicionar na sociedade, de forma crítica e confiante e sua capacidade de exercer sua cidadania e com autoestima positiva" (BAHIA, OCEM, 2005, p. 30). Nesse sentido, são pilares importantes que precisam ser desenvolvidos para que o cidadão se forme plenamente para exercer sua cidadania, como reza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB.

Nessa linha dos marcos legais, muitas são as orientações sobre o trabalho pedagógico, ou seja, são inúmeras as possibilidades de se desenvolver o trabalho de sala de aula. Com base nisso, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências Humanas e Suas

Tecnologias (BRASIL, 2006, p. 120) prezam que o educador deva trabalhar visando os recortes de temas, conceitos e teorias a partir da pesquisa, asseverando que o "uso de temas pode articular conceitos, teorias e realidade social partindo de casos concretos". Essa afirmação se consolida no momento que os educadores se utilizam dos materiais que têm à sua disposição e os contextualiza com a realidade cotidiana dos estudantes. Trabalhar dessa forma permite ao professor novas possibilidades de discutir em sala de aula os conceitos, temas e teorias a partir de diversos olhares, visões que condizem com o Ensino de Sociologia, fundamentais para a revolução necessária na realidade social e política que todos estão inseridos.

Outros marcos importantes, foram a implementação, em 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, e as diretrizes Quilombolas para o estado da Bahia, no ano de 2013, orientando as instituições do estado a melhorar suas práticas didáticas no tocante às questões quilombolas.

Segundo a Resolução CNE/CEB N° 8, de 20 de novembro 2012, Escolas Quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola e Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. (BAHIA, 2018, p. 36)

Pensando nisso, não há como entender a educação desenvolvida nas escolas quilombolas da mesma forma que se pensa em outras instituições de ensino, pois atende um público diferenciado que tem uma trajetória histórico-cultural diferenciada. A própria organização curricular é fator crucial, pois é capaz de abranger em boa parte o que os estudantes precisam vivenciar no contexto escolar para o fortalecimento de suas características pessoais e de sua comunidade. “O currículo precisa garantir os valores das comunidades, como a cultura, as tradições, o mundo do trabalho, a terra, a territorialidade, a oralidade, a estética, o respeito ao ambiente e à memória” (BAHIA 2018, p. 37). Assim, o trabalho docente precisa ser planejado com maior proximidade ao dia a dia das comunidades quilombolas, buscando fazer conexões mais contextualizadas entre o que se trabalha em sala de aula e o cotidiano vivido pelos estudantes e a comunidade de modo geral.

Nessa perspectiva, é interessante buscar permanentemente a valorização dos direitos das populações tradicionais, os princípios da convivência harmoniosa, com o respeito à diversidade cultural e à participação das comunidades nas políticas públicas destinadas a essa

população. Assim, com base no que diz Souza (2016), deve-se levar em consideração os contextos de lugar e regionalização das comunidades pensando nas questões que são específicas buscando contextualizar os conteúdos e temas que serão trabalhadas nas escolas com vistas a uma aproximação com o cotidiano dos estudantes. Nesse tocante, faz-se necessário desenvolver projetos educativos que pensam nas temáticas socioculturais com abrangência de diversos aspectos que caracterizam as comunidades.

Em conformidade com Carril (2017, p. 551), a escola não pode continuar atuando de maneira igual como se seus estudantes fossem iguais. É preciso que haja uma aproximação dos conteúdos com a realidade local e isso é fundamental para que a aprendizagem aconteça de forma mais natural e mais simples. Os desafios para o desenvolvimento de uma educação escolar quilombola, pondera Carril (2017), são amplos e necessitam, não apenas da destinação de recursos financeiros, mas o estabelecimento de metodologias que ressaltem os exemplos locais – contextualização da prática ou operacionalização dos conteúdos a partir de uma reflexão acerca das realidades dos estudantes.

No tocante ao trabalho com foco nas realidades, as comunidades tradicionais se colocam como excelentes para a realização de atividades condizentes com os contextos socioculturais dos educandos. Contudo, acompanhando Miranda (2019, p. 370), a questão que se impõe, diz respeito à quais condições estão sendo garantidas para que isso aconteça e o que vem sendo feito para essa modalidade de educação.

A chamada educação quilombola contextualizada, acontece quando os professores realizam seu planejamento de ensino pensando na realidade de cada turma ou estudantes, buscando aproximar os conteúdos a serem trabalhados da realidade vivida pelos estudantes. Para isso, o professor deve buscar na comunidade local elementos que enriqueçam suas aulas e exemplifiquem de forma mais próxima do dia a dia da turma, podendo gerar caminhos para a construção da aprendizagem.

Nesse contexto de lutas dos movimentos negros organizados tem-se em 2003 a aprovação da lei 10.639 que orienta aos sistemas de educação, professores e demais envolvidos que prezem em seus trabalhos pelo reconhecimento da cultura negra brasileira, trazendo à tona sua contribuição e presença nas áreas socioeconômica e política “pertinentes à História do Brasil”. Dessa forma, o texto da LDB passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, e 79-B: Art. 26-A. Nos

estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § “3º (VETADO)”
"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’."

Esse trabalho de contextualização não pode ser realizado sem um estudo aprofundado, é preciso o conhecimento necessário para aproximar as realidades locais aos conteúdos e temas a serem trabalhados. Conforme Carril (2017, p. 555), é preciso levar em consideração tudo aquilo que leva um grupo de pessoas a se caracterizar como comunidade.

No caso das comunidades quilombolas, suas histórias são sempre recheadas de boas possibilidades de trabalho pedagógico, as histórias de vida de suas lideranças e de sua população de modo geral já são excelentes temas para serem trabalhados em sala de aula, pois se tem aí, de modo concreto e contextualizado, a materialização da cultura, dos movimentos sociais, ações políticas e tantas outras. Ao desconsiderar essas histórias de luta, de aceitação, de manifestações culturais, religiosas e tantos outros aspectos, os professores deixam de contribuir com o fortalecimento da identidade da comunidade e perde uma excelente oportunidade de ter os estudantes discutindo sobre suas próprias vidas a partir do que veem nos materiais didáticos, sem contar que deixa, ainda, de utilizar-se dessa brilhante estratégia de conquista dos estudantes para trabalharem no mesmo sentido.

Assim, fica evidente que o Ensino de Sociologia e de outros componentes curriculares deve ser focado nas realidades dos estudantes. Essa ação de contextualização se concretiza no momento que a escola procura unir as orientações nacionais e estaduais e busca a aproximação com os conteúdos locais. Diante disso, trabalhar a história do Mulungu e das outras comunidades quilombolas do município é uma excelente forma para a realização da interação dos conteúdos da base nacional comum com as especificidades características das comunidades de onde vêm os estudantes de cada turma ou escola.

5. AS TRAJETÓRIAS DE LUTA E A CONSTITUIÇÃO DO MULUNGU – UMA COMUNIDADE QUE VIVE SUA HISTÓRIA

A construção dos dados foi desenvolvida, como antecipei, através de observações diretas no dia a dia da comunidade, no percurso de seis meses (entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020). Nesse período, procurei vivenciar, no possível, as rotinas cotidianas dos quilombolas do Mulungu, constituindo-se momento privilegiado para a seleção de interlocutores e realização de entrevistas narrativas com 15 lideranças da comunidade: 03(três) jovens, 06(seis) adultos e 06(seis) idosos.

Principal ferramenta de registro das observações, o diário de campo, rigorosamente construído no percurso das interações com os sujeitos da pesquisa, aparece como documento importante na tentativa de realizar uma descrição das concepções e práticas que orientam as ações dos atores sociais nos contextos observados. Instrumento organizado e mantido, em todo percurso dos trabalhos de campo, com registros das estruturas, eventos e relações, especialmente as pautadas na formação da comunidade, suas origens, as tradições e tantos outros fatores que se manifestam no cotidiano.

Sobre a experiência etnográfica procuramos, inicialmente, situar a forma como fomos incluídos na elaboração da história do grupo, a qual permitiu que tivéssemos acesso ao material etnográfico. Na primeira fase do trabalho de campo, a identidade histórica do grupo foi um assunto de certo modo imposto por eles e, em parte, o resultado das situações da pesquisa (O'DWYER 2002, p. 21).

Na análise dos dados construídos a partir da observação participante, foram identificados todos os registros realizados no diário de campo, fotografias e gravações no decorrer das participações na comunidade. Esses pontos, evidenciados no texto, foram organizados em ordem cronológica para a escrita do material, bem como para a busca ou comprovação de novos dados, quando preciso, para sistematização e associação com imagens que possam ajudar a ilustrar as situações e vivências descritas pelos moradores da comunidade ou observadas pelo pesquisador.

No que se refere às entrevistas (gravadas em áudios e vídeos), foram transcritas observando tudo o que pode se caracterizar em informações importantes para a escrita do trabalho. Nessa transcrição, foram encontrados diversos sinais que vão além das palavras empregadas pelos entrevistados. Foi preciso ter uma atenção especial para as versões

apresentadas, as pausas, a evidência dada na fala de determinadas partes, a entonação diferente e tudo aquilo que possa caracterizar apoio ou desvios nas narrativas.

5.1. A construção histórica da comunidade – Memórias de um povo

Para falar sobre o surgimento das comunidades quilombolas é preciso recorrer a diversos autores que se dedicaram em estudos que tratam a esse respeito. Conforme Amorim e Germani (2005, p. 796), as Comunidades rurais Negras Quilombolas receberam diversas nomenclaturas no decorrer dos tempos: Cimarone na América Espanhola, Marrons no Haiti e ilhas do Caribe francês, Maroons na Jamaica, Suriname e sul dos E.U.A., Palenques na Colômbia e Cuba, Cumbes na Venezuela, Quilombo ou Mocambos no Brasil.

No Brasil os registros apontam para uma carta escrita em 1597 pelo Pe. Pero Rodrigues, missionário da Companhia de Jesus, como primeira referência ao movimento dos quilombos no país. Embora um documento de cunho religioso, ele trazia diversas preocupações com as repercussões políticas do ajuntamento de africanos bantu na província de Pernambuco. Este documento é, também, o registro da primeira notícia conhecida sobre o quilombo dos Palmares (ALVES FILHO, 1988).

Nesse sentido, tem-se na segunda metade do século XVI, com o fracasso da escravidão dos indígenas, o início da utilização da mão de obra africana como escravos no Brasil. Nesses 350 anos, aproximadamente, de escravidão, os números apontam que cerca de 6 milhões de indivíduos escravizados, das mais distintas regiões africanas, especialmente do sudeste e noroeste, teriam sido deslocados à força para o Brasil (CONRAD, 1985). Vale ressaltar que muitos deles sequer chegavam às terras brasileiras, pois se estima cerca de 50% a 70% dos seres humanos transportados morriam nas embarcações (RAMOS, 1956).

No Brasil os africanos eram tratados como mercadoria nos mercados locais, sendo que nas negociações eles acabavam indo para diferentes lugares da Colônia com destaque na produção dos bens de valor comercial. Moraes (2017, p. 118) diz que o capitalismo quando se instalou na América se apropriou dos negros como mercadoria, não levando em conta que se tratava de seres humanos, os tratando de maneira hostil. Nesse sentido, havia uma distribuição proposital de misturá-los para que não formassem aglomerações que facilitassem a ocorrência de revoltas ou quaisquer formas de embate com os seus “donos”. (PRADO JUNIOR, 1972). As principais atividades das fazendas na época eram as produções de cana-de-açúcar,

algodão, criação de gado e café, fato que fazia com que boa parte dessa mão de obra escravizada fosse deslocada para esses espaços ou para áreas de mineração.

Com efeito, mesmo fazendo essa articulação para desmobilizar os escravos, distribuindo-os por diversas partes da colônia, eles não deixaram de preservar traços marcantes da experiência cultural adquirida na África, e que perduram até os dias atuais influenciando a língua, a música, a dança, a culinária e outros campos da cultura nacional. Assim, inúmeras são as contribuições dos africanos que foram trazidos para o Brasil e uma das mais marcantes foi a experiência organizacional dos quilombos. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

Munanga (1995) afirma que a origem dos quilombos teria sido na África, entre os séculos XV e XVI, como uma necessidade político/militar dos grupos étnicos bantu, diante da possibilidade de ocupar territórios desabitados nos seus percursos migratórios. Tempos depois, outras etnias, localizadas entre Angola e Zaire, iriam buscar essa experiência, modificando-a, dando-lhe um caráter técnico diversificado. Esses fatos apontam para o modo fácil de aceite do modelo de quilombo adaptado no Brasil, nas várias regiões, com o incremento de parcelas de não africanos. Entre os diversos quilombos estudados até então, vários apresentam a predominância de africanos bantu, mas em todos os casos conhecidos, inclusive o de Palmares, foi significativa a presença de negros crioulos (designação dada pela historiografia aos negros nascidos no Brasil), indígenas e, em menor proporção, de brancos marginalizados socialmente (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

Na Bahia há, segundo Schwartz (1996), incidência de quilombos em várias partes da capitania, entre os séculos XVIII e XIX. Esse levantamento aponta que boa parte desses quilombos se deve a grande presença de africanos na capitania, chegando a representar cerca de 60% da mão de obra disponível na capital nessa época. Nesse sentido, Moura (1981) constatou que os quilombos na Bahia se formaram tanto na faixa litorânea, como também na distante região do rio São Francisco. Essa afirmação contradizia diversas opiniões de que os quilombos teriam existido apenas na costa, próximos de onde os escravos desembarcaram ao chegar da África. A festa realizada no Santuário de Bom Jesus da Lapa, logo após a abolição da escravatura, momento em que centenas de negros buscaram esse local para saudar ao Bom Jesus, que chamavam de Lenibê Furamê, é uma prova de que no sertão também houve a incidência dos quilombos. Falasse que essa comemoração teria durado oito dias seguidos (SANTOS SILVA, 1998).

No Brasil, vários foram os avanços ocorridos nos debates sobre quilombamento, mas ainda é presente uma associação entre a noção de quilombo e a ideia de que seu surgimento tenha vinculação exclusiva com os escravos evadidos de fazendas. O estudo do fenômeno dos quilombos se construiu a partir de pesquisas que privilegiaram fontes documentais escritas, limitando assim tais abordagens, considerando que tais documentos foram produzidos por autoridades diretamente envolvidas na destruição dos quilombos.

No decorrer dos tempos, surgem várias afirmações de que havia nos quilombos apenas indivíduos africanos, ou a ideia de que eles pretendiam criar um novo mundo. As pesquisas historiográficas demonstram que essa concepção é errônea, pois os quilombos, em sua composição, tinham indivíduos de diversas etnias. Há teses de conteúdo culturalista que afirmam que os africanos ao experimentarem o quilombamento no Brasil tentavam transplantar a sua cultura nativa para a diáspora. No entanto, como dissemos antes, nesses agrupamentos havia indivíduos de diversas etnias, a exemplo de negros crioulos, índios e até, em certos casos, brancos, fato que deve ter contribuído para a modificação das sistemáticas originais dos quilombos surgido na África. Com efeito, é possível dizer, também, que diante de tantas formas de libertação buscada pelos que estavam em regime de escravidão e as diversas conjunturas e organizações das colônias podem ter contribuído para a construção das características particularidades dos diversos quilombos (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

No contexto da existência dos quilombos, pesquisas buscam explicar os modos de vida e sobrevivência dos indivíduos dos diversos grupos. Nessa construção sistemática de dados muitas análises apontam que nos mais variados rincões do Brasil, os moradores dos quilombos produziam para a própria subsistência, sendo comercializadas apenas as sobras do necessário para cada família. Em suma, os moradores dos quilombos estabeleciam relações sociais, não raro amistosas, com escravos e ex-escravos das fazendas vizinhas e comerciantes locais; muitos quilombolas defenderam seus territórios com armas, é certo, por outro lado, alguns não chegaram a ser atingidos pela repressão colonial, outros nem mesmo se estruturaram de forma militar, como supunham os estudos antigos; nem sempre se organizaram em lugares ermos e distantes das fazendas e cidades (REIS & GOMES [orgs.], 1996).

Diante disso, comprova-se que as diversas pesquisas realizadas muito contribuem para o entendimento das múltiplas faces em que se apresentam as comunidades quilombolas, buscando compreendê-las, especialmente após a constituição de 1988, quando são incluídas no Art. 68 dos Atos e Dispositivos Constitucionais Transitórios da Constituição Federal, que

prevê a titulação das terras de tais comunidades, fato que representa um marco nas lutas sociais de tais comunidades. No entanto, é preciso ressaltar como faz Moraes (2017, p. 119), que mesmo depois da aprovação desse artigo na Constituição Federal, os quilombolas ainda sofrem para o cumprimento desta lei. Ainda segundo Moraes (2017, p. 122) os direitos garantidos na constituição têm um significado especial para o povo negro, pois representa o direito de ser proprietário de uma terra titulada e registrada.

A caracterização ou definição conceitual de comunidades quilombolas caminha no sentido de que são grupos sociais de predominância negra, que possuem seus modos de vida particulares, diferente de outras organizações camponesas e rurais. Nas comunidades são comuns as práticas de resistência e luta na defesa de seus territórios conquistados ao longo dos tempos, e conforme suas histórias de constituição, tais agrupamentos receberam diversas designações, sendo as mais comuns: Quilombos, Mocambos, Terra de Preto, Comunidades Negras Rurais, Terra de Santo e outras. Em suas histórias de ocupação encontram-se muitos relatos sobre como elas aconteceram, sendo algumas por doação de terras, outras por compra dos terrenos ou por ocupação de terras desocupadas e improdutivas.

Na origem das comunidades elas foram erguidas especialmente por negros/negras que ocuparam terras em áreas rurais. Assim, as ligações familiares foram decisivas para a sistemática de organização da utilização das terras, individual e coletiva e de demarcação de territórios. Nesse sentido, é mais viável estabelecer o conceito de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, visto que congrega as denominadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos, pois para Amorim e Germani (2005), tais situações formam um grupo de estratégias criadas no processo histórico de adaptação ao ambiente, em conformidade com a necessária proteção aos recursos naturais disponíveis. Essas histórias de constituição, de lutas e de fortalecimento, em sua maioria, são descritas de forma oral, principalmente pelos mais velhos, visto que pouca coisa se tem escrito sobre essas trajetórias de lutas, como discute Moraes (2017, p. 118).

Quando os interlocutores fazem referência às histórias da constituição da comunidade percebe-se o afloramento da memória do povo do Mulungu, visto que a memória possibilita a construção individual e coletiva dos moradores. Nesse trabalho, pensamos a memória como lembranças, reminiscências, vestígios que estabelecem a relação entre o passado e o presente, permitindo o vislumbrar de um futuro. A memória é uma representação viva, porém que está sujeita a modificações constantes. Mais importante é que toda memória coletiva se constitui em um espaço/lugar (IEPHA/MG, 2008). A memória constitui-se em elemento fundamental

na formação da identidade cultural (individual e coletiva), na instituição de tradições e no registro de experiências significativas (LEMOS JÚNIOR, 2011, p. 52).

As memórias são sempre atuais, pois à medida que o sujeito é provocado elas podem ser contadas e recontadas a qualquer momento fazendo elaborações necessárias as questões impostas no momento mesmo em que se faz a narrativa. A memória está sempre aberta ao diálogo que congrega lembranças e esquecimentos, que vão desde contemplações gerais da história a situações específicas de uma família ou indivíduo que dá o sentimento de pertencimento ao grupo. É um elemento constituinte do sentimento de identidade (individual e coletiva) na medida em que é fator fundamental do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, de um grupo em sua reconstrução (POLLAK, 1989).

Autores como Lemos Júnior (2011) nos traz que a memória histórica traduz as formas de caracterização dos seres humanos e é especialmente responsável pelas marcas geradas ao longo dos tempos de uma referida cultura. Com efeito, é com base nos relatos históricos trazidos pela memória, de maneira oral ou escrita, que nos reconhecemos, buscando o que nos diferencia/distancia e o que nos aconchega/aproxima. Segundo Wehling (2003), a memória de um grupo tem finalidades, a primeira, mais importante, é a da própria identidade. Dessa forma, a memória do grupo baseia-se fundamentalmente na (re)afirmação de sua identidade. Outro fator importante também é a utilização da memória para reviver as formas de organização da sociedade e de sua comunidade em particular.

Ainda revivendo as memórias, temos relatos de que os territórios quilombolas foram acessados de diversas formas, sendo as mais frequentes as que visavam a saída dos modelos de subordinação da escravidão. Nesses espaços a vida material e simbólica se estabelece através das relações internas e externas com outros grupos.

A territorialização dos espaços negros envolve muitas origens possíveis das chamadas Terras de Preto, permitindo mediante elas, a representação que se tem e que se faz da realidade de grupo e da realidade da terra. Muitas terras foram doadas por antigos senhores a escravos fiéis; outras resultam de terras doadas a santos, Terras de Santo, nas quais negros libertos se estabeleceram, muitos agrupamentos, comunidades, vilas, bairros, como hoje são chamados resultam da ocupação das áreas devolutas logo após a Abolição ou foram terras compradas por antigos escravos que aí constituíram famílias e organizaram um modo de vida camponês. (GUSMÃO, 1995, p. 8).

O sentido de comunidade negra rural quilombola, no entendimento dos nativos, perpassa a vivência e todas as batalhas vividas e sofridas pelos antepassados, mediante

torturas, estigmatização, segregação, condições bárbaras de trabalho e exploração da mão de obra. Desse modo, formar grupos com ideais próximos se tornou uma das alternativas mais eficazes na tentativa de lutar contra os inimigos externos, bem como nas diversas lutas pela libertação.



Na primeira foto Seu Selvino Mendes dos Santos sendo entrevistado por Diólfrio, tendo em mãos os documentos de reconhecimento do Mulungu como Comunidade Remanescente de Quilombo e na segunda Dona Teodora Maria Mendes

Nesse tempo de inserção na comunidade procurei saber sobre o processo de constituição da comunidade. Numa das entrevistas, “Seu Selvino” contou que a comunidade teve início com a chegada do senhor Manoel Nogueira, negro escravizado foragido que vinha do Estado de Minas Gerais. Seu Selvino é tataraneto de Nogueira e nos contou que seus familiares diziam que seu tataravô sofreu muito nas fazendas mineiras, o que fez com que ele procurasse fugir em busca de algum lugar em que ele pudesse morar sem que tivesse que sofrer tanto.

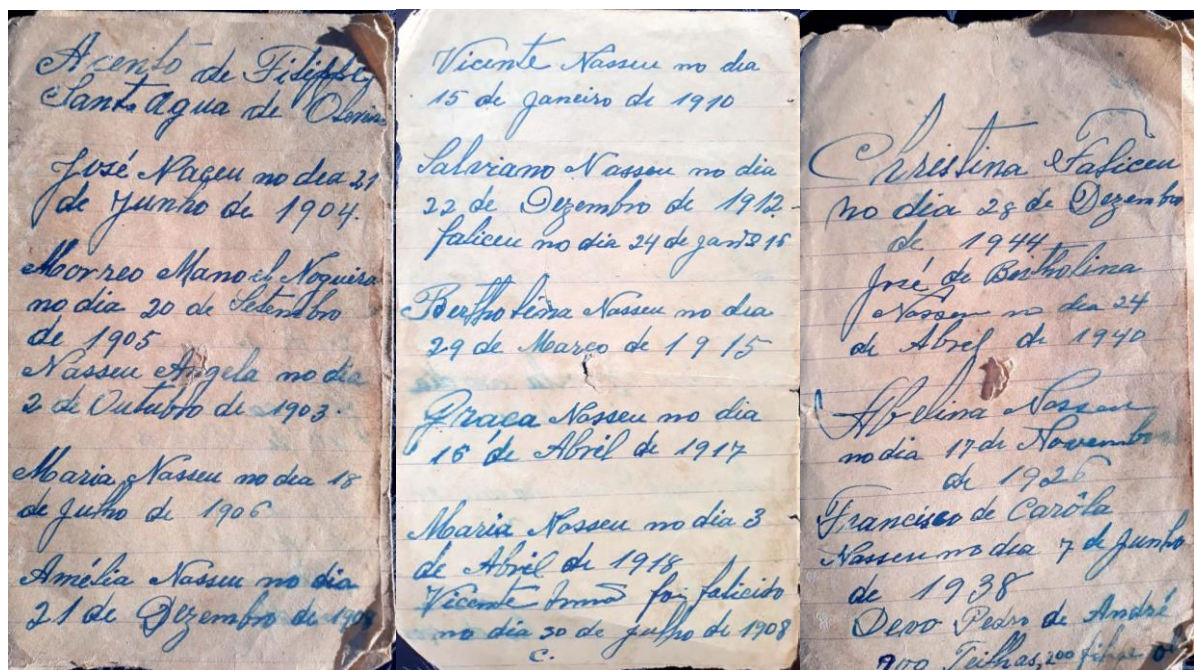
Eu tenho registros aqui que lembra a fundação do Mulungu feitos por Felipe Santiago, ele que é neto de Manoel Nogueira, o primeiro morador da comunidade. Ele fez anotações em um caderninho com data de nascimento e falecimento de várias pessoas antigamente, inclusive tem uma anotação feita no caderninho que Nogueira, o primeiro morador, teria vindo da região de Minas Gerais e faleceu em 20 de setembro de 1905. Só da morte de Nogueira tem 115 anos. O que vou falar aqui de Manoel Nogueira: ele veio corrido de Minas Gerais, fugitivo de escravos lá do estado e chegou aqui à procura de abelha para se alimentar com o mel. Assim ele ficou aqui nessa área de mulungu rodando pelas comunidades também de Capão² e de Cutia³, mas acabou ficando por aqui. Quando ele chegou, como não tinha moradores ele assumiu todas essas terras daqui passando a ser dono de tudo. (Sr. Selvino Mendes dos Santos, 65 anos, presidente da Associação dos Moradores na época do reconhecimento enquanto comunidade quilombola).

² Comunidade localizada nas proximidades do Mulungu, distanciando cerca de três quilômetros desta.

³ Uma das quatro comunidades quilombolas do Município de Boninal, localizada na BA 148, estrada que liga Boninal a Piatã. Distancia aproximadamente 15 quilômetros da sede e a 05 quilômetros do Mulungu.

Ainda segundo Selvino, antes de chegar a Mulungu, Nogueira teria andado por outras comunidades, mas como lá não havia terras desocupadas ou por outros motivos, que ele não soube contar, resolveu andar mais um pouco até chegar ao território que hoje se encontra a comunidade. Ainda sobre isso, na entrevista com dona Ana Umbelina (Dona Codó), a provoqueei para que nos contasse sobre as origens das famílias do Mulungu e ela respondeu:

Meu filho nós somos raça do Nogueira, ele foi o primeiro morador, todo mundo aqui é parente, eu não conheci Nogueira, mas nós somos raça dele. Na época dele, depois um pouco, teve José Luiz que chegou também na mesma época de Nogueira e tinha umas roças de café, mas eu não sei contar deles não eu não cheguei conhecer nenhum. Não conheci nenhum filho de Nogueira também, eu conheci foi Filipe e mais alguns netos dele. (Dona Ana Umbelina de Oliveira, “Dona Codó”, 96 anos, a mulher mais idosa da comunidade)



Fotos das anotações feitas à mão em caderno pessoal, por Seu Felipe Santiago Nogueira.

Como em sua chegada não encontrou moradores naquele território, significando assim que as terras eram sem dono, desocupadas, então seu Nogueira se apossou de todas elas, juntamente com sua esposa e filhos, os quais não temos registros dos nomes. Ainda sobre a ocupação das terras, mais uma de nossas entrevistadas fez questão de destacar que:

A primeira pessoa que eu vi falar que chegou aqui era o Nogueira. Esse Nogueira é o fundador e era dono dos terrenos né? Isso, esses terrenos ele até vendeu tudo barato depois e repartiu umas partes com outras pessoas. [...]

Olha eu ouvi falar que quando ele chegou não tinha dono, então ele tomou conta de tudo, não teve brigas por isso. Todo mundo aqui nunca brigou por causa de terras, eu só vi uma família que uma época fez questão por causa de terra, mas já foi embora. (Dona Teodora Maria Mendes, 74 anos, idosa ligada às questões comunitárias e religiosas)

Ao chegar nessas terras, Nogueira encontrou muitas árvores de nome Mulungu, dessa forma a comunidade passou a ter esse nome desde sua fundação, por volta do ano de 1860, como nos contou Seu Selvino, o que nos leva a estimar a existência da comunidade em aproximadamente 160 anos. Esse fato da escolha do nome foi evidenciado por dona Olívia que em sua entrevista disse:

“Os mais velhos sempre contaram que o nome foi por causa da planta. Tinha muito Mulungu aqui, mas o povo foi cortando... assim, nascia e o povo precisava plantar, precisava tirar ele para plantar outras coisas, porque ele só gosta de terra mole, terra boa, aí cortava e arrancava. Hoje tem poucos pés, mas ainda tem”. (Dona Olívia Alves dos Santos, 57 anos, líder comunitária e religiosa, primeira presidente da Associação de Mulheres Quilombolas do Mulungu)



Árvore e sementes do Mulungu – Fotos tiradas pelo autor

Essas estimativas de tempo cronológico da comunidade, como nos diz Moraes (2017, p. 118) são baseadas em relatos orais dos moradores mais antigos do Mulungu, as tradições, a história ou a cultura são transmitidos para as novas gerações de forma oral, pois não há registros escritos que contam essa história, com exceção de alguns manuscritos de moradores da própria comunidade. Não era a intenção da presente pesquisa, criar ou procurar provas, na oportunidade, busquei nas inserções e entrevistas evidenciar com a maior riqueza de detalhes

possível, as narrativas das pessoas para referendar a história deles próprios, pois como aponta O'dwyer (2002, p. 22)

Cabe destacar que, na situação de pesquisa, não procuramos deliberadamente a existência de provas materiais que comprovassem a formação de quilombos na região. A constatação de vestígios arqueológicos surgiu como resultado da própria relação de pesquisa. Desse modo, constitui-se numa evidência etnográfica sobre o passado, apropriada pelo grupo - no presente - na construção do que chamam a “história dos princípios”.

Contam alguns dos entrevistados que com o passar do tempo, a comunidade foi crescendo com a chegada de outras pessoas atraídas por Nogueira e até mesmo familiares que souberam de sua estadia por essas “bandas”. Nogueira passou a ser dono das terras e fazia negócios com o então coronel José de Souza Guedes⁴, um dos mais importantes nomes da história política da cidade de Boninal. Segundo alguns dos entrevistados, eles faziam muitos negócios juntos, como compra e venda de gado, terras e produtos originários da agricultura, o que fez deles grandes amigos. Contou-nos o senhor Sidney Alves dos Santos, professor e líder comunitário, que, segundo relatos que ele ouvia de sua avó, Nogueira chegou a trocar terras do Mulungu por “bandas de rapadura⁵”.



Fotos da casa de Dona Maria, liderança religiosa e uma das fundadoras do reisado da comunidade e a casa de Dona Ana Umbelina, conhecida como Dona Codó, mulher mais idosa do Mulungu, com 96 anos de idade.

Nesse sentido, esses achados podem servir de suporte aos professores de Sociologia, no trabalho, por exemplo, a partir da problematização da questão da ocupação das terras, a territorialidade. Do mesmo modo, é possível investigar sobre as casas e demais construções da

⁴ Coronel que morou na cidade de Boninal e foi um importante comerciante da região, teve tanta notoriedade que a cidade chegou a chamar, por um tempo, Sumidouro de Zé Guedes, em função de sua presença lá.

⁵ Doce em formato de tijolo fabricado da cana de açúcar

época, propondo paralelos com as residências, as condições de vida e as formas de sobrevivência dos dias atuais na comunidade. É possível tratar ainda sobre as condições dos meios de transporte existentes na época, a disponibilidade, ou mesmo indagar acerca dos motivos da escolha desse local para fazer morada.

É porque a minha memória não lembra muito, mas se “nós sentar” uma hora aqui eu lembro. Eu morei em uma casa de barro, casa de enchimento coberta de palha. Às vezes chovia muito e quando a gente “dava fê” a gente “tava” dentro da água; não tinha nem cama de vara pra dormir, a gente dormia no chão mesmo. Hoje a gente pode dizer que “tá” no céu, “abasta” essa aposentadoria que ajuda muito. Mulungu era um lugar assim... muito, muito simples as casas de enchimento cobertas de palha, cobertas de taboa, não tinha casa de telha não meu filho a gente cobria as casas e logo a palha ou a taboa ficava ruim, a gente tinha que ir no mato atrás de palha para cobrir essa mesma casa. Depois de um tempo a gente descobriu o adobe e telha e começou a acabar com as casas de enchimento e fazendo de adobe e cobrindo com telha. (Sr. Antônio Francisco dos Santos, “Toi de Chicuta”, 99 anos, o homem mais idoso da comunidade)

Percebe-se um processo de mudanças arquitetônicas na comunidade que se faz a partir da transição de construções precárias de barro para edifícios mais sólidos e com coberturas de telhas, o que tem garantido maior segurança para seus moradores, sobretudo os mais idosos. Percebe-se o estado de marginalidade a que foi relegado o povo negro no Brasil, desprovidos de assistência do estado, sem garantias mínimas de sobrevivência, sem o direito à moradia digna. Observamos então que o racismo é uma questão estrutural que impacta em todas as dimensões da vida da população negra. Essa, sujeita a toda sorte de violências que se fazem por um critério de cor.

No final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, pude identificar registros de que, na comunidade, a percepção do preconceito de cor se torna uma realidade. Surge daí as primeiras menções a brigas e confusões devido à vivência de atitudes racistas impetradas pelos grupos brancos da região. Nesse sentido, Silva (2019, p. 01) diz que o europeu destruiu a dignidade e até a vida dos negros os colocando em diversas situações de humilhação, levando muitos não apenas a brigar, mas, muitas vezes, a cometerem o suicídio. Segundo os relatos dos mais velhos da comunidade, os moradores tinham que conviver, e se impor, ante atitudes, por parte de algumas pessoas da cidade, que persistiam no tratamento dos quilombolas como se ainda fossem escravos.

Vistos como mão de obra barata (precária), os moradores do Mulungu eram percebidos a partir do prisma da ausência: maltrapilhos, deslocando-se a pé (ou no lombo de animais moribundos) nos 5 km até a sede do município, na busca por trabalho, sobretudo, devido à falta de renda na comunidade. Esse fato se assemelha à discussão trazida por Moraes (2017, p. 118) quando lembra que no período da escravidão a mercadoria humana era a mais lucrativa, seja para aquisição de riquezas ou para a exploração da mão de obra.

Aqui o que a gente fazia era vender o dia, trabalhava a semana inteira vendendo o dia aqui no Mulungu e no Sumidouro, que depois chamou Guarani e hoje chama Boninal eu não lembro muito do seu José de Souza Guedes, mas da “patroa”⁶ dele a dona Presilina Guedes⁷ eu lembro. Nessa época eu era um meninote⁸ eu passava o dia todo trabalhando, ah meu filho eu não tenho leitura, eu cheguei a ir na escola, mas às vezes nós ficava embaixo do “Pê de Pau” e meu pai tirou da escola para ir trabalhar com ele. Eu saí segurando porcos para ele capar⁹, tinha lugar que a gente ficava a noite e o dia capando porcos, 20, 30 porcos no dia lá no Bom Sucesso no curral que esses “camaradas” tinha lá. (Sr. Antônio Francisco dos Santos, “Toi de Chicuta”, 99 anos, o homem mais idoso da comunidade)

Outro aspecto a ser lembrado, é que a comunidade foi tida durante muito tempo como um lugar violento, onde as pessoas bebiam demais e procuravam confusões, o que impedia muita gente de ir a ocasiões festivas e outras atividades locais. Isso se dava, em grande parte, em função de os moradores gostarem de andar juntos, em grupos. Para os quilombolas do Mulungu, era uma demonstração de união, companheirismo, mas, para muitos de outros lugares, era tido como uma forma de se protegerem, ou seja, se mexer com um os outros vinham todos e a situação se torna uma grande confusão.



Na primeira foto o Senhor Antônio Francisco dos Santos (Toi de Chicuta) sendo entrevistado por Diolório e na segunda Dona Ana Umbelina de Oliveira (Dona Codó), homem e mulher mais idosos da comunidade

⁶ Nome que os mais velhos da comunidade costumam utilizar para se referir à esposa.

⁷ Esposa do Coronel José de Souza Guedes.

⁸ Um menino crescido, quase rapaz.

⁹ Retirar o órgão reprodutor, o mesmo que castrar.

Aqui temos uma situação em que povo demonstra um processo de construção histórica e cultural, especialmente no que se refere à identidade, marcada pelas questões sociais de dominação, além da luta pelo reconhecimento. Seria importante levar para a sala de aula a discussão sobre preconceito e racismo, temas muito trabalhados, mas que ainda necessitam de debates e esclarecimentos, pois são recorrentes os casos de preconceito em escolas, na sociedade de modo geral e, muitas vezes, são negligenciados nos trabalhos escolares.

Essas e outras características marcantes fazem do Mulungu um lugar especial e que justifica sua existência pela singularidade e união do povo. Entretanto, no tocante à ocupação das terras, durante as observações pude perceber que uma questão intriga os moradores: por que Nogueira escolheu para fazer morada um lugar sem rio ou sem uma fonte de água perene? Segundo as irmãs, Ana e Maria e, posteriormente reforçado por Olívia, um problema enfrentado nos primeiros anos de ocupação e até a segunda metade do século XX foi a questão da água. Faltava muito, só tinha em épocas chuvosas, o que levava, muitas vezes, as mulheres a se deslocarem com “trouxas” de roupa na cabeça para lavar em Boninal, passando horas entre o caminho de ida, o trabalho e a volta. Quando chegavam em casa elas precisavam ficar por um bom tempo sem se movimentar pois ficavam com o “pescoço duro”, como afirmou Olívia.



Fotos do local onde se buscava água, chamado Pedra de Cruz. Atualmente um ponto turístico muito conhecido da comunidade de Mulungu, como Morro de Areia

O problema da água afetava também a destinada ao consumo humano, sendo uma fonte na pedra de cruz, hoje chamada de morro de areia, ou uma antiga aguada¹⁰ na entrada da serra, as únicas saídas para conseguir água para beber e satisfazer as demais necessidades das

¹⁰ Nome dado a um grande reservatório de água destinado ao consumo humano e animal

casas. Já no final do século XX e início do XXI, foram construídas três caixas d'água em pontos distintos, nas quais os caminhões pipa traziam a água de outros lugares e as enchiam, para a partir desta os moradores encherem suas vasilhas. Muitos dos entrevistados ressaltaram esse período de sofrimento, porém, atualmente, a comunidade tem água encanada para todos os moradores em suas residências.

Por conta dessa falta d'água, muitos moradores ficam inquietos em relação ao seu fundador ter escolhido esse pedaço de terra. A essa pergunta os entrevistados não souberam responder, mas é possível, segundo algumas das entrevistadas, que deve ter aqui ficado com medo de ser capturado em outro lugar e assim a comunidade do Mulungu se fortaleceu e se consolidou nesse local. Esse fato encerra a discussão da chegada dos primeiros moradores, especialmente o fundador, Nogueira, pois certamente escolher um lugar que não fosse procurado por outras pessoas se tornou uma estratégia de fuga, uma forma de não deixar vestígios a quem viesse procurar por ele.

5.2. Aspectos culturais e religiosos da comunidade

O povoado do Mulungu, embora reconhecidamente quilombola, traz em si aspectos da religiosidade cristã, pouco se tem de manifestações religiosas de matrizes africanas. As observações demonstraram que as igrejas católicas e evangélicas dominam a religiosidade dos moradores. Nesse sentido Nunes (*apud* Nunes, 2016, p. 94) nos diz que a conversão ao cristianismo não fez com que os negros mudassem suas características morais, mas se tornou uma constante em muitas comunidades quilombolas em função do longo período de dominação da igreja católica. Percebe-se então que há uma forte influência do cristianismo na comunidade estudada, devido a tantos anos de propagação e divulgação dessa religião.

O livro didático (Costa, 2016) utilizado na escola de Ensino Médio que recebe os estudantes do Mulungu, discute essa questão por meio da Sociologia nas religiões, fazendo também um histórico sobre algumas delas. No livro é feita uma exposição de informações sobre algumas religiões, a exemplo do cristianismo, protestantismo, espiritismo, o candomblé e a umbanda. Percebe-se que há um trato com certo grau de aprofundamento, porém não adentra de fato nos princípios religiosos de todas as religiões apresentadas e não problematiza processos colonizadores de umas sobre as outras.

A comunidade do Mulungu está marcada por um catolicismo popular, onde as festas religiosas mobilizam a comunidade em momentos de encontro e devoção. A primeira festa

religiosa da comunidade, segundo dona Ana Umbelina, chamada carinhosamente de “Dona Codó”, é a festa de São João, onde os fiéis saem nas casas cantando e pedindo doações para a culminância da festa. Ela nos contou muito emocionada sobre como isso acontece, regado a muita cantoria, alegria e bebidas.

[...]. Aqui no Mulungu era uma festa doida. Tinha as festas de São Sebastião, tinha outra de Santos Reis e tinha a de São João. A mais antiga é a de São João, no dia da fogueira passava o pessoal na rua cantando com zabumba e tinha uma cantoria que cantava quando saía nas portas cantando eu não sei tudo, mas lembro um pedaço:

“Ô meu pai São João,
mas viva lá na glória viva,
ai, ai, ai,
viva lá na glória viva.
São João vem cá vem ver
seus devotos festejar,
o meu pai São João,
mas viva lá na glória viva,
ai, ai, ai
viva lá na glória viva”

Depois da cantoria era só cachaça. Essa era a música da festa de São João. Eu tenho saudade das festas que a gente passava a noite toda. Todo mundo bebia, tinha homem, tinha mulher e não tinha briga não tinha nada, era muito alegre nas casas e ninguém parava. [...]. O povo fazia a cantiga de roda, fazia festa nas casas, tinha a dança da garrafa que a gente fazia que o corpo chegava a “empenar” mas a garrafa não caía. Os casamentos eram celebrados todos na igreja. Casamento civil era para uns, era só para os que mais podia, para outro não. (Dona Ana Umbelina de Oliveira, “Dona Codó”, 96 anos, a mulher mais idosa da comunidade)

Atualmente a devoção a São Sebastião, que parece ter começado no início do século XX, permanece muito forte. A comunidade tem missas mensalmente realizadas pelo Padre da Paróquia do Senhor do Bonfim¹¹. Para São Sebastião a comunidade realiza novenas antecedendo o dia 20 de janeiro, dia dedicado ao padroeiro. Essa festa começou pequena, mas ganhou força em função de uma promessa feita ao Santo para a resolução de um problema da comunidade.

¹¹ Nome dado à Paróquia do município de Boninal com sede na cidade e que atende a todas as comunidades católicas do município



Foto da Igreja de São Sebastião, fachada e interior da capela.

Segundo as irmãs Ana dos Santos e Maria dos Santos, no início a organização da religiosidade Cristã Católica da comunidade teve a liderança de dona Augusta e a própria Maria que, juntas, organizavam a festa e trabalhavam na construção da primeira igreja. Esta igreja tinha a frente “virada para a rua de baixo”, como elas ressaltam, porém, mesmo sem estar terminada por completa, a igreja caiu. Depois desse incidente, com organização comunitária, conseguiram construir a que compõe a comunidade atualmente, erguida na década de 1970. Antes da edificação das igrejas na comunidade, um senhor chamado velho Pedro, segundo nossas entrevistadas, ajudou muito na mobilização religiosa, inclusive algumas missas e rezas chegaram a ser realizadas na casa dele.

Antes de começar as festas já tinha missa, o Padre Rodolfo vinha aqui e celebrava a missa na casa do meu avô Pedro que morava ali abaixo da Igreja Católica. Meu avô Pedro morava lá e a primeira missa deve ter mais de 50 anos, deve ter sido nos anos de 1970 eu era inocente nessa época ainda, era lá na casa do meu avô Pedro e na casa de outras pessoas, pois aqui não tinha igreja. Tempos mais tarde Augusta e Dona Maria começaram a fazer uma igreja, o lugar precisava, e ajuntou a comunidade para fazer e fez a primeira, mas elas fizeram e não ficou muitos anos deu um formigueiro na parede e “tava” rachando e depois teve que derrubar para fazer outra. A primeira era perto dessa que tem hoje, era, mas a frente era virada para o outro lado, lá para o lado da rua de baixo, o ano certo eu não sei mas faz muito tempo. [...]. A principal cultura daqui é o reisado, eu acompanho o reisado com muito prazer porque representa o nascimento de Jesus, né? Quando Jesus nasceu e os três magos foram visitar daí a história é para fazer festa do nascimento de Jesus. (Dona Teodora Maria Mendes, 74 anos, idosa ligada às questões comunitárias e religiosas)

As festas religiosas parecem ser de fato muito importantes para construção de vínculos comunitários no quilombo, as manifestações do catolicismo popular estão muito presentes nas narrativas das entrevistadas. O reisado é tido como um momento muito importante para a

comunidade, pois ele rememora a narrativa do nascimento de Jesus Cristo, figura central do culto religioso. Tal evento é tão importante que é apresentado como “primeira cultura” do lugar.

O reisado era no início realizado apenas no dia dos Santos Reis, dia 06 de janeiro, com as rezas destinadas ao Santo. Porém, por volta da metade do século XX, houve uma crise de meningite na comunidade e o povo se perguntava o porquê daquela situação desastrosa que chegou a matar algumas crianças. Diante disso, dona Loura, mãe de Ana e Maria, entrevistadas em nossa pesquisa, fez uma promessa a São Sebastião dizendo, caso ele mudasse essa situação, que acometia as crianças levando-as a morte, se tal graça fosse alcançada a comunidade iria se juntar para rezar/cantar os Reis durante o mês de janeiro inteiro, concluindo os festejos no dia São Sebastião.

Olha o reisado... dizem que já existia há muito tempo, mas ficou parado aí teve uma época que morreu duas crianças aqui de “mal brabo” foi a meningite aí minha mãe, Dona Loura pediu a São Sebastião que “revogasse essa sentença” para não acontecer mais que depois ela ia sair na comunidade pedindo dinheiro para fazer uma mesa para dar as crianças. Demorou uns dias passou e não morreu mais. Tinha morrido “um menino homem” e “uma menina mulher” ela pegou com São Sebastião e ele revogou a sentença aí ela saiu pedindo, batendo lata na comunidade para tirar dinheiro para fazer a mesa das crianças [...] depois disso não parou mais todo mês de janeiro faz e tá até hoje uma história triste com a morte dos meninos, mas hoje é a cultura alegre, tá até hoje nas manifestações na comunidade. (Dona Ana dos Santos Sousa, 80 anos, uma das mais idosas da comunidade e filha de Dona Loura, responsável pela volta do reisado)

Essa é a versão apresentada por vários moradores da comunidade e quase todas as pessoas que eu entrevistei, trouxeram informações sobre o Reisado, visto que é uma manifestação cultural das mais importantes e antigas no Mulungu. Nas palavras de Dona Teodora encontrei mais informações sobre a época anterior à promessa que teria sido feita para curar a meningite que afetava a comunidade.

Olha o reisado tinha aqui, mas em 1932 teve uma fome uma seca que o povo saía para Barra da Estiva “atrás” de farinha. O povo começou a ir para Barra da Estiva e os mais velhos diziam que não queria ver ninguém mais ir para lá e que ia cantar Reis para o povo não sair aí depois o povo cantou e parou. Depois disso, ficou muito tempo parado, uns 30 anos, eu acho, e começou a surgir a meningite na comunidade. Então fizeram uma promessa para revogar a sentença da meningite que ia cantar o Reis até o dia de São Sebastião e como parou de morrer as crianças, o povo organizou para cantar

os reis, cantou aqui no Mulungu e formou um grupo e foi para Boninal. Para cantar na igreja de Boninal arrumou um bumba emprestado com um homem chamado Agnaldo na Comunidade quilombola de Conceição¹², mas quando começou a cantar em Boninal o Agnaldo mandou buscar o bumba, disse que tinha que pegar e o povo ficou sem saber como é que ia fazer. Diante disso seu Elísio¹³ Paiva, prefeito na época, arrumou um bumba e disse que não era para parar de cantar. E aí no outro ano eles voltaram e a tradição continua até hoje, é para ter aí mais ou menos uns 50 anos. (Dona Teodora Maria Mendes, 74 anos, idosa ligada às questões comunitárias e religiosas)

Conta os relatos que como a animação foi tanta na época evidenciada por dona Teodora, que o movimento do reisado na comunidade cresceu e cantar Reis se transformou em uma das maiores manifestações de cultura e fé do Mulungu, senão a maior. Esse grupo de reisado se apresenta anualmente no final do mês de dezembro e início do mês de janeiro na própria comunidade e em comunidades vizinhas ou em momentos festivos e de apresentações diversas em que são convidados.



Na primeira foto, apresentação do grupo de reis na própria comunidade e na segunda uma apresentação na cidade do Rio de Janeiro.

Para um ensino contextualizado sobre religiosidade seria necessário extrapolar os conteúdos informados no livro didático. Faz-se importante então estimular que as práticas religiosas presentes nas comunidades dos estudantes sejam por eles investigadas e problematizadas em sala de aula. Essa contextualização daria aos jovens maiores possibilidades de entendimento de suas próprias referências religiosas, bem como poderia estimular a superação de muitos preconceitos, especialmente ao que se refere aos cultos de matrizes africanas e indígenas, pois na comunidade é predominante a influência do

¹² Uma das quatro comunidades quilombolas do município de Boninal, localizada a aproximadamente 15 quilômetros da sede e 06 quilômetros do Mulungu.

¹³ Reconhecido farmacêutico e primeiro prefeito do município de Boninal, um dos personagens mais marcantes do município de Boninal, hoje com 89 anos.

cristianismo católico e evangélico, mas também observamos a presença de manifestações religiosas de matrizes africanas, como nos contou uma das entrevistadas.

[...]. Que eu sei mesmo, aqui só tem meu trabalho que faz parte da africana né? Umbanda, eu sou umbandista. Eu faço dia 27 de setembro e 13 de junho. Em setembro é de Cosme e Damião e em junho é de Santo Antônio que é de Ogum, uma tradição de minha família e preserva nossas raízes. Na comunidade tem pouca gente que pratica, mas eu faço todo ano e muita gente vem participar. A festa de Santo Antônio, que hoje eu faço, já vem do meu bisavô, faço dia 13 de junho, era do meu bisavô, passou para meu avô e hoje eu faço, essa história eu acredito que deve ter uns 180 anos, meu bisavô morava, “de junto da igreja”. (Dona Olívia Alves dos Santos, 57 anos, líder comunitária e religiosa, primeira presidente da Associação de Mulheres Quilombolas do Mulungu)

Dona Olívia se diz umbandista ressaltando que sua prática religiosa preserva suas raízes, uma herança de seus avós. Seu culto, assim como o é a Umbanda, está povoado do sincretismo religioso, isso bastante perceptível ao associar Santo Antônio a Ogum. Mesmo destacando a pouca adesão de outros membros da comunidade, nossa entrevistada ressalta a importância de tal manifestação, enfatizando que são antigas, que ela herdou e procura dar continuidade, numa espécie de compromisso com aqueles que vieram antes e depois dela.

Tal prática religiosa de matriz africana presente na comunidade precisa ser melhor conhecida pelos estudantes, um currículo que se fizesse para além das prescrições e dos livros didáticos optaria por um diálogo problematizado da realidade imediata dos sujeitos que habitam a comunidade.



Fotos das entrevistas: na primeira a Senhora Olívia Alves dos Santos sendo entrevistada por Diolório e na segunda as irmãs Maria Caetana dos Santos e Ana dos Santos Sousa.

Conceituando Cultura no livro didático (Costa, 2016) utilizado na escola de Ensino Médio que recebem os estudantes do Mulungu, faz um apanhado geral sobre o conceito de

cultura fazendo um recorte sobre as manifestações culturais que se vivencia no dia a dia, chegando a focar no senso comum e nas diversas realidades. Nesse sentido, aponta para a utilização do termo que algumas pessoas fazem popularmente no senso comum quando alguém diz: “Fulano não tem cultura, ele é um ignorante quando se trata de discutir coisas sérias” (COSTA 2016 p. 54). Em sequência, provoca outras discussões que levam a crer que a Cultura é a representação da realidade ou as modificações que o homem faz na natureza e contextualiza essas definições para se chegar a um conceito definitivo de cultura. Para conceituar de maneira mais completa diz que:

Na Antropologia, o conceito de cultura já passou por várias definições ao longo dos anos. Dentre elas, definições que afirmavam que a cultura é um complexo de conhecimentos; que cada cultura é única; que é um meio de adaptação do homem à natureza; que vai além da herança genética; que a cultura é um meio para o funcionamento a sociedade; que a cultura é um sistema simbólico etc. (COSTA 2016 p. 58)

As definições apresentadas neste livro didático dialogam com as discussões feitas por esse trabalho, pois a Cultura dos quilombolas do Mulungu é única, ela é composta por manifestações singulares já evidenciadas nesse trabalho e que caracterizam os moradores da comunidade. Assim, DaMATTA (*apud* COSTA, 2016, p. 123) coloca que Cultura é um mapa, um receituário, um código, através do qual, as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

Mesmo assim é possível fazer uma crítica à Costa (2016, p. 58), pelo fato de apresentar os significados atribuídos à cultura de maneira geral, além uma escrita bem reduzida, ficando difícil a contextualização. Um fator importante também são as imagens presentes no livro que pouco enfatiza a cultura afrodescendente. É perceptível uma entrada, ainda que superficial, nas questões da cultura negra, porém nada sobre comunidades quilombolas merece atenção do autor.

Não há dúvidas de que as manifestações culturais contribuem para o empoderamento e valorização da comunidade. Mas, segundo dona Maria o Reis, por mais que ela goste de tais manifestações, percebe que, com o tempo os jovens tem perdido o interesse em dar continuidade às tradições

O Reis daqui é o Reis de bumba que tem as danças do Marimbondo, o vira a mão, pisa pilão, quebra coco... o povo gosta muito, mas os jovens não andam

muito valorizando por causa da televisão, do celular... Eles não andam muito querendo participar não. A gente tem aqui na comunidade as pessoas que representam o Reis e que hoje brigam pela cultura, igual ao finado “Bastião” que nos ajudava muito aqui e era dos líderes mais fortes dessa terra. (Dona Maria Caetana dos Santos, 86 anos, uma das lideranças religiosa e cultural da comunidade)

Durante as passagens pelas casas é tradição ver as pessoas doarem dinheiro que é utilizado para a realização da festa de Santo Reis no dia 06 de janeiro. Nas casas, também é comum os moradores servirem comidas e bebidas, tornando a passagem dos Reis uma grande festa. O grupo de Reis de Mulungu se fortaleceu tanto que já participou de apresentações na TV Escola e apresentações diversas em outras cidades da região e em capitais como Salvador e Rio de Janeiro, com cobertura, inclusive, do programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão.

Há na comunidade outras manifestações artístico-culturais. Segundo a jovem Darlete de Souza Santos, jovem universitária atuante da comunidade, a dança da garrafa e o samba de roda são manifestações que todos gostam, são momentos de muita interação e diversão em que crianças, jovens, adultos e idosos se juntam para fazer uma grande festa. Durante a realização do evento da consciência negra pude apreciar todas essas práticas sendo realizadas por moradores da comunidade e tive a oportunidade de registrar no diário de campo. Outro destaque no Mulungu é a Capoeira, uma dança/luta de origem africana que ganhou força no Brasil, especialmente entre os escravos e a população negra de modo geral. Na comunidade há grande número de participantes que semanalmente se reúnem para a prática da capoeira. Em uma das entrevistas feitas com Edson sobre a Capoeira ele se emocionou e contou que a Capoeira é uma manifestação muito forte na comunidade:

A Capoeira representa uma das melhores formas de preservar a cultura afrodescendente do nosso povo, bem como vem para ajudar a comunidade a educar seus jovens e tirá-los de ‘coisas ruins’, é uma das únicas manifestações organizadas do Mulungu e que queremos fortalecer cada vez mais. (Edson Mendes dos Santos, 40 anos, líder comunitário e instrutor de capoeira)



Na primeira foto apresentação da dança da garrafa e na segunda uma apresentação de Capoeira.

Durante as entrevistas, Dona Teodora e seu Selvino também narraram memórias muito interessantes sobre o modo como eram realizados os casamentos na comunidade. Segundo eles, quando era anunciada uma festa, um batizado ou um casamento na comunidade, era “festa que não acabava mais”, principalmente no casamento. Segundo eles, isso mudou muito comparando com as festas dos dias de hoje.

A comunidade mudou muito de antigamente para hoje, a gente vê muitas pessoas dizendo que teve mudanças na cultura na forma de se relacionar, de trabalho, a cultura, as celebrações e festas que era a vitrola a corda que dava a animação. A festa era um momento que durava vários dias e quando tinha ficava até o dia amanhecer. [...]. Outra mudança foram os casamentos. Antigamente quando marcava o casamento na casa do noivo durava semanas: era samba, depois fazia a festa na casa da noiva e quando casava a última filha ou o último filho tinha que quer da panela de barro da casa. (Sr. Selvino Mendes dos Santos, 65 anos, presidente da Associação dos Moradores na época do reconhecimento enquanto comunidade quilombola)

Nas falas dos entrevistados é possível dizer que meses antes do dia do casamento já se iniciavam os preparativos para a grande festa e quando faltava mais ou menos um mês para realizá-lo, todos os finais de semana tinham alguma “zuada” na casa do noivo ou da noiva.

[...]. As festas era um casamento, um batizado... A reunião era sempre nas casas dos moradores mesmo, um lugar certo não tinha não, o povo já era muito animado desde essa época aí quando tinha um casamento... meu Deus! Já marcava que todo fim de semana tinha um forró naquela casa preparando para o grande dia do casamento. Quando chegava o sábado a gente já falava hoje é o dia de ir para festa do noivo. (Dona Teodora Maria Mendes, 74 anos, idosa ligada às questões comunitárias e religiosas)

Essas festividades demonstram, além da animação e da importância das manifestações culturais da comunidade, a união desse povo. Dona Teodora lembra ainda que iam para a casa dos noivos ajudar na preparação, “fazer alguma coisa”, mas na verdade era só um pretexto, tudo terminava em festa com a vitrola a corda. Dona Teodora relembra esses fatos com lágrimas nos olhos e se emociona ao contar as narrativas.

Outra curiosidade trazida por um de nossos entrevistados, relata sobre como era vista a questão do respeito e da cultura da comunidade na ocasião da realização das festas.

[...]. Quando tinha festa aqui, era um ciúme danado a gente não podia encostar na filha de um camarada¹⁴, mesmo que falasse que ia casar tinha muitos pais que ainda não aceitavam, o casamento só não bastava, alguns queriam matar. (Sr. Antônio Francisco dos Santos, “Toi de Chicuta”, 99 anos, o homem mais idoso da comunidade)

Esse fato trazido por seu Antônio normalmente é lembrado nas encenações de casamentos realizados na comunidade em momentos de festejos, especialmente nas gincanas escolares e nos eventos juninos.

Ainda sobre os costumes e a animação da comunidade, “Dona Codó” também reforçou que tinha apenas as festas de padroeiro ou pequenas festas realizadas nas casas. Ela ressaltou que havia uma diferença para as de hoje, quase todo mundo bebia e se divertia, mas não tinham brigas como hoje, o povo ia mesmo para se divertir. Dessa forma, os jovens, de modo geral, na primeira metade do século XX se juntavam em locais, como calçadas, árvore e nas casas mesmo para passarem a noite contando casos e piadas. Nessas reuniões, era comum acender um fogo para servir de iluminação e aquecer as noites frias para interação dos jovens, como afirmou Sidney Alves.

Diante de tantas manifestações culturais apresentadas acreditamos ser necessário que os estudantes estejam em contato com experiências diversificadas que caracterizam a diversidade cultural, bem como que exemplifiquem as formas de manifestações presentes no mundo e em sua comunidade em particular. No mulungu tem vários exemplos de manifestações culturais que podem fazer parte do ambiente escolar, pois como ressaltava Costa (2016), a cultura é a representação da realidade, com as devidas alterações que os seres humanos fazem nela. Assim nas observações pude perceber que a comunidade é rica em diversidade cultural: a capoeira, o reisado, o samba de roda, a dança do marimbondo, da

¹⁴ Forma de tratamento aos homens no passado que, em muitos casos, existe até os dias atuais.

garrafa, a chula, o forró de sanfona, os versos, poesias e outros que podem ser exemplificados. Nesse contexto, falta ao livro didático, utilizado na escola, a devida provocação para essa inserção na comunidade. Dessa forma, cabe ao professor provocar essas incursões nas realidades locais.

Dessa forma, o conceito de cultura está presente nas observações feitas e nas entrevistas realizadas, onde demonstraram as suas maneiras de ser e conviver, como já foi evidenciado em outras partes do texto. Viver da cooperação, da agricultura, de trabalhar em parceria, preservar as tradições culturais e familiares, bem como se relacionar de maneira amistosa com o religioso e o profano demonstram a concepção de cultura como ressalta DaMATTA (*apud* COSTA, 2016, p. 123) quando enfatiza que cultura é um mapa, aquilo que traduz a vivência da comunidade, um conjunto de saberes e fazeres, por meio do qual as pessoas de um determinado grupo se caracterizam, se unem e transformam o mundo em que vive.

Por fim, nas entrevistas ficou evidente, em função do que dizem os interlocutores, que a escola de ensino médio pouco tem de influência sobre a preservação histórica da comunidade, pouco se faz pedagogicamente nesse sentido. Dessa forma, seria necessário a unidade escolar planejar aulas, sequências e projetos com o intento do desenvolvimento cultural com abertura para a manifestação, singular e plural, de todos os estudantes, promovendo assim a propagação e valorização das diversas formas de manifestação cultural presentes na escola e nas comunidades dos seus estudantes. Com efeito, eventos culturais são sempre positivos para esse fortalecimento de culturas, são sempre importantes para que os jovens assumam as manifestações de sua comunidade.

5.3. A Semana da Consciência Negra

O principal evento cultural da comunidade é realizado anualmente há 14 anos, sempre na semana do dia 20 de novembro, data que marca a morte de Zumbi dos Palmares, feriado municipal da Consciência Negra. Durante todo o mês e especialmente nessa semana, o povo do Mulungu prepara suas atividades e apresentações, constroem barracas, ensaiam danças e preparam as comidas típicas para reunir a população local e receber os visitantes e participantes de comunidades vizinhas. Ao ser entrevistado, Juvenal disse:

Nós começamos o evento da Consciência Negra em 2006. A princípio era uma reunião para um evento da escola né? E fizemos uma tarde em 2006, mas a gente notou que era necessário fazer diferente, fazer mais. [...]. Isso tem aumentado a valorização da cultura e a participação da comunidade nas atividades e as discussões na questão da identidade, pois, os jovens passam a ter um melhor conhecimento das identidades e passam a celebrar a sua identidade e suas características de maneira mais forte. No final de cada evento a gente ainda tem sempre ideias que não fez e que deveria ser feito, sente que a gente pode fazer mais a cada evento a gente percebe que poderia ter acontecido, mas é uma coisa de cada vez. (Juvenal Januário da Silva, 55 anos, professor aposentado e liderança política da comunidade, atualmente é vereador do município de Boninal)

Durante esse evento são realizadas palestras, apresentações diversas e rodas de conversa, todas elas no sentido de resgatar, valorizar e fortalecer a cultura africana, afrodescendente e afro-brasileira, por meio de diversas manifestações: samba de roda, capoeira, puxada de rede, dança da garrafa, maculelê, reisado, apresentações com temas que tratam do racismo, do empoderamento jovem e da cultura negra de modo geral. Esse evento vem ganhando tamanha importância, que hoje é sem dúvida umas das maiores celebrações da cultura municipal e regional da Chapada Diamantina¹⁵.

É impressionante que todos com quem conversei trouxeram esse entendimento de que se trata do maior momento de interação do Mulungu. Não há dúvidas que é nesse dia que a comunidade se abre para mostrar sua cultura e também para receber os visitantes de outras regiões. Quando questionado sobre o evento, Nelito respondeu:

É um dos eventos que marcam aqui. É a comunidade que organiza e a associação é um dos parceiros fortes. Esse evento representa assim, a cultura né? O quilombola! A gente chama comunidades como a Cutia, a Conceição, a Serra do Queimadão, a Vazante, a Lagoinha, as comunidades quilombolas de Barra da estiva e outras pessoas de fora que vem apresentar o Reis, a cultura e outras coisas de sua região. (Nelito Francisco de Souza, 49 anos, atualmente presidente da Associação de Moradores e Produtores do Mulungu)

Durante a semana muitas atividades acontecem anteriormente ao dia da grande festa, sendo elas de cunho ensaístico ou até mesmo como preparação para as apresentações que irão compor o momento. No ano de 2019, por exemplo, foi encenado na casa de seu Selvino, no dia 20 de novembro, quarta-feira, um casamento típico, que era realizado na comunidade,

¹⁵ Região localizada no centro do estado da Bahia, que possui um forte turismo especialmente pelas belezas naturais de serras, grutas e cachoeiras em um conjunto de 24 municípios.

sobre o qual já falei e trouxe informações e fotos no tópico anterior sobre manifestações culturais.



Nas primeiras fotos exposição de artesanatos e na segunda stand da saúde no evento do ano de 2019.



Nas três fotos apresentações culturais na semana da consciência negra de 2019

Durante o tempo que dediquei a etnografia na comunidade, participei da preparação e o dia do evento do ano de 2019. Ao conversar com Marcelo, umas das lideranças religiosas e culturais do Mulungu, ele fez questão de ressaltar que tudo é feito de modo planejado, há uma organização para que tudo isso aconteça:

O evento da Consciência Negra tem contribuído para fortalecer nossa cultura. A partir do mês de julho, de cada ano, a gente já começa a fazer reuniões buscando ver o que é que vai ter e começa a fazer os contatos com as pessoas que se envolvem na cultura para fazer os ensaios. É nesse tempo, também, que fazemos contato com as lideranças jovens que atuam na comissão que era pequena, mas hoje é uma comissão bem maior e com muito mais jovens envolvidos na organização geral. (Marcelo José de Souza, 41 anos, professor, líder religioso e cultural da comunidade)

Há uma preocupação de todos em se organizar para representar bem sua cultura, a começar pelas formas de produção e a celebração da agricultura familiar, principal fonte de renda deste povo, sendo o plantio da mandioca o mais comum entre todos, dela se faz a

farinha, a tapioca, o polvilho, o bolo, o beiju e tantos outros produtos derivados, como por exemplo, o sorvete artesanal. Segundo Nelito, presidente da associação de moradores, “a casa de farinha comunitária é uma riqueza, boa parte da população local sobrevive do cultivo e processamento da mandioca”. Já para Dona Codó e seu Antônio Francisco, as pessoas mais idosas da comunidade, “o plantio da mandioca sempre foi a principal atividade do Mulungu, desde a época da ocupação das terras pela família do seu Nogueira”.

Os moradores demonstram suas celebrações festivas estabelecendo as relações de troca de conhecimentos com as comunidades visitantes: Cutia, a Conceição e Olhos D’aguinha – comunidades quilombolas do município de Boninal; a Serra do Queimadão, a Vazante – comunidades quilombolas do município de Seabra-Ba, as comunidades quilombolas de Barra da estiva e outras pessoas de fora que vem apresentar a cultura e as manifestações culturais de sua comunidade e região.

No dia do evento, aconteceu um fato interessante: a falta de energia à noite. Quando isso aconteceu, os moradores se dividiram para procurar os grupos visitantes e em cada grupo permaneceu pelo menos um morador para manter o diálogo e animação do evento, que mesmo às escuras continuou ao som de sanfonas, zabumbas, triângulos, pandeiros, gaitas, danças e muitas vozes das diversas comunidades vizinhas. Esse fato ilustra as palavras de seu Antônio de Chicuta quando dizem que o povo do Mulungu é muito acolhedor e recebe bem seus visitantes, isso foi o que eu vivi durante o tempo que passei por lá. Em todas as casas que visitei ou quaisquer espaços que estive realizando a etnografia, fui sempre convidado a entrar para saborear bebidas e comidas. Alguns me chamavam no momento das entrevistas, outros já deixavam certa a confraternização mesmo antes da conversa e outros ainda me pegavam de surpresa quando terminávamos o bate papo, me convidavam para ficar até o horário da próxima refeição da casa, refeições sempre acompanhadas de uma boa conversa.

O evento da Consciência Negra se mostra potente ao Ensino de Sociologia contextualizado. Pois o 20 de novembro é data da morte de Zumbi dos Palmares, um dos líderes mais reconhecidos dos escravos e que construiu com os quilombolas formas específicas de vida e de relacionamento entres os membros do grupo, gerando uma cultura particular que possibilita à Sociologia a discussão sobre identidade cultural dos quilombos. Esse evento contribui para o fortalecimento da cultura e também para a solidificação dos laços que envolvem as comunidades circunvizinhas. Dessa forma pode entrar como conteúdo de sala de aula, nos mais diversos componentes curriculares das três séries do Ensino Médio e, principalmente, em Sociologia. A escola pode realizar sequências didáticas com aulas sobre a

temática debatida em cada ano ou fazer projetos relacionados ao evento com a culminância nessa semana, através de apresentações, documentários, exposições, artesanatos e outras formas.

5.4. Traços de Identidade Cultural

Pensar em identidade cultural sempre remete a um grupo social determinado e suas fronteiras em relação aos outros grupos e a questão da cultura, mas, também, aos modos como os grupos humanos lidam com a diferença. Nesse sentido, as discussões levantadas sobre os objetivos propostos desse trabalho, possibilitam a discussão de temas como relativismo cultural, através dos significados, visões de cultura e a vivência dos quilombolas do Mulungu, já apresentados nesse texto, além do etnocentrismo, como evidenciado na fala do Senhor Selvino Mendes.

[...] eu acredito que muito se tem preservado da nossa identidade, mas com a necessidade de muitos jovens saírem da comunidade às vezes ela quebra um pouco né? Os jovens vão para outros lugares, principalmente São Paulo, e quando volta já volta com o pensamento diferente. Aqui para nós, por exemplo, o reisado é uma cultura forte e tantas outras coisas né? Muitos saem e quando voltam não valorizam mais a cultura e a forma de viver dos mais antigos. (Sr. Selvino Mendes dos Santos, 65 anos, presidente da Associação dos Moradores na época do reconhecimento enquanto comunidade quilombola)

Diante dessa fala, se percebe que as vivências externas acabam por influenciar na construção da identidade, especialmente dos mais jovens. Pude perceber ainda, nas entrevistas, que a cultura tem sido preservada, porém em alguns momentos ela começa a sofrer alterações por diversos motivos, como exemplo a vivência com aqueles que ficam por um tempo fora da comunidade.

As jovens que entrevistei trouxeram também muitas situações pelas quais já passaram fora da comunidade que reforçam a presença do preconceito que nunca deixou de existir na sociedade brasileira, como nos mostra Schwarcz, *apud*, Nunes (2006, p. 95) que 97% dos brasileiros dizem não ter preconceito, porém 98% afirmam conhecer pessoas preconceituosas, o que representa uma grande contradição. A jovem Ana Maria contou que recentemente ela e outros colegas foram ofendidos em uma partida de futebol, em uma comunidade vizinha, quando se manifestavam a favor do time do Mulungu ouviam gritos de “negrinhas”,

“pretinhas” e outros termos preconceituosos que as deixaram muito tristes, porém não fizeram com que elas deixassem de demonstrar sua força e união que marca a comunidade.

Segundo Silva (2019, p. 01) as pessoas vítimas de discriminação racial, direta ou indireta sofrerão de vários males, a exemplo da depressão, colocada como mal do século, mas, nas palavras dele, é algo que os negros já sofriam muito em função das diversas situações desumanas às quais eram submetidos. Ainda sobre isso, Silva (2019, p. 02) diz que “ninguém no Brasil se acha racista, embora todos sejam cheios de preconceitos e, conseqüentemente, racistas em certo nível”.

Se considerarmos a abordagem do tema identidade cultural, o livro didático (Costa, 2016), traz a significação do termo identidade, dando pistas sobre como ela se constitui, fazendo analogias aos documentos de identidade civil. No capítulo 5 cita alguns traços identitários de alguns povos, especialmente citando os jovens como protagonistas do estudo, assumindo lideranças de movimentos sociais e outras situações. Mesmo quando o conceito é apresentado de maneira concreta, a discussão é superficial e não traz tópicos relacionados à questão da identidade cultural de fato e, mais especificamente, à identidade quilombola. Durante a discussão do tópico no referido livro, essa sinalização passa despercebida e a discussão se encerra. Não basta apenas citar significados ou aspectos superficiais para que o trato com essa questão seja contemplado, é preciso contextualizar a partir das diversas formas de construção de identidade.

A nossa identidade formal, anunciada pelos dados, é apenas a nossa estampa, uma “casca” que esconde as nossas ideias, as nossas emoções, ou nossos gostos, as nossas crenças, as motivações que temos e as aspirações que buscamos na vida. Todos estes e outros elementos formam de fato a nossa identidade. (COSTA, 2016, p. 66).

Esses elementos citados pelo autor conceituam em alguma medida o que foi experienciado na etnografia, porém as observações, inserções e entrevistas feitas na comunidade demonstraram que o conceito pode ser ampliado. As pessoas se reconhecem como membros de uma comunidade quilombola, todos com quem conversei fizeram questão de ressaltar isso, enfatizando que mesmo antes do reconhecimento oficial eles já possuíam uma clara consciência do pertencimento a uma história coletiva comum, imaginavam que suas origens vinham de fugitivos das condições de escravos.

Para Juvenal Januário da Silva, professor aposentado e liderança política da comunidade, quando a gente fala em quilombola, em identidade quilombola, “é o jeito de vestir, a forma de trabalhar, as formas de conversar, de interagir. Por mais que a comunidade esteja próxima da cidade, ela tem algumas particularidades”. Minha estadia na comunidade permitiu também identificar, não só nas falas, mas, sobretudo nas ações cotidianas, nas formas de se vestir, no amor pelo lugar onde vivem, nos traços da cultura, essa construção identitária.



Na primeira foto a entrada da comunidade e na segunda uma jovem que expõe seu cabelo característico.



Três jovens entrevistadas na pesquisa: da esquerda para a direita, Ana Maria Pereira de Souza Neta, Darlete de Souza Santos e Janeide Alves dos Santos.

Nas entrevistas, quem mais trouxe aspectos que demonstram o empoderamento relacionado à identidade foram os jovens. É impressionante perceber que mesmo eles destacando que a escola nunca teve papel decisivo nessa formação identitária, eles sabem

perfeitamente como é constituída sua identidade, seus costumes e modos de vida. Sobre isso, Sidney Alves dos Santos, professor e líder comunitário diz claramente: “eu já fiz até faculdade, mas em nenhum momento dos meus estudos eu tive a oportunidade de participar de atividades relacionadas à nossa questão quilombola”. Marcelo José de Souza, líder religioso e cultural da comunidade, reforça quando a esse respeito diz: “foi difícil, o que vi foram várias situações de preconceitos, de valorização não me recordo”.

Essas indagações são rotineiras, pois como percebi nas entrevistas, essa situação do não debate sobre os quilombolas é comum. Segundo Darlete de Souza Santos, jovem universitária atuante da comunidade, identidade quilombola é ser alegre, contagiante, ter a beleza e alegria sempre presente em sua vida, mesmo com todas as dificuldades. Para Ana Maria Pereira de Souza Neta, jovem universitária atuante na comunidade, “ser Quilombola é ser resistência, é buscar ter acesso aos seus direitos para conquistar seus objetivos”. Já para Janeide Alves dos Santos, jovem atuante da comunidade, “o quilombola do Mulungu é extremamente forte, busca aquilo que quer e faz as coisas com muita vontade”.

As entrevistas analisadas e os registros fotográficos realizados demonstram o afloramento de situações que expressam a identidade do povo bem como a força que tem as pessoas ao dizerem que são quilombolas. Em uma das observações feitas, a jovem Darlete, que também foi uma das entrevistadas da pesquisa, disse que “Identidade Quilombola não é só a pele, o cabelo, a fala, mas é um modo de vida, algo que quem vive o dia a dia deles consegue logo perceber”. Ela elencou vários aspectos que no cotidiano foi possível perceber. Uma das características mais marcantes do povo é a alegria, a receptividade. Vários foram os momentos em que presenciei pessoas cantando alegremente e, em muitos momentos músicas que resgatam e valorizam a cultura negra.

Esse empoderamento se percebe já construído em muitos e a construir em outros, pois observei suas formas ser, ao se interagir de forma colaborativa e cooperativa; de pensar, quando expõem suas narrativas sobre os antepassados; de sentir, quando se colocam como pertencentes a uma mesma família, sobretudo os modos como eles vivem, enquanto comunidade e coletividade que se reconhece como pertencente a uma mesma trajetória coletiva de luta e resistência.

Esse reconhecimento como parte de uma história comum, é marcado na memória coletiva que remonta desde os primórdios da ocupação das terras, através de seu Nogueira e sua descendência, como nos conta seu Selvino ao dizer que “depois de Nogueira, os parentes foram se casando, de tal forma que quase todos os moradores do Mulungu pertencem a uma

mesma família”. Do início da comunidade até hoje, foram percorridos vários caminhos, muitas lutas foram construídas até que se chegasse a constituição da associação dos moradores, ação iniciada pelo “Tiozão” (senhor Sebastião Oliveira) e seus apoiadores, o que geraria mais tarde o reconhecimento enquanto comunidade quilombola. Para Edson, instrutor de capoeira da comunidade, ser reconhecido quilombola é importante para efetivação de direitos, pois segundo ele: “não queremos ser os melhores, por sermos reconhecidos como quilombolas, como muitos dizem, queremos igualdade no acesso aos direitos que por muito tempo foram, para nós negados”.

Deste modo se faz extremamente necessário abordarmos as conquistas de direitos por essas comunidades no Componente Curricular de Sociologia no Ensino Médio. Os traços que caracterizam determinados grupos precisam ser evidenciados, valorizados. Cabe ao professor de Sociologia provocar seus estudantes através de situações-problema que permitam aos escolares construir sua identidade particular e coletiva, em sua comunidade. Essa é uma ação que deve ser provocada e, de forma nenhuma, imposta. Identidade se constrói a partir de vivências diárias e do sentimento de pertença a determinado grupo.

Esse trabalho pode ser feito com o próprio livro didático, mas interessado no estudo da realidade imediata da comunidade. Pode ser iniciado procurando saber sobre suas formas de identificação social, hábitos, costumes, manifestações culturais, vestimentas, histórico da comunidade e outras indagações que podem servir para que os jovens se sintam contemplados na construção de sua identidade, sem coerção. Com efeito, não se pode ter foco em uma identidade ou na caracterização do Brasil como homogêneo, a exemplo do que Costa (2016, p. 73) chega a questionar: “poderíamos falar na existência de alguma forma de uma determinada ‘identidade brasileira’”?

A identidade de um povo evidencia tudo àquilo que a comunidade construiu e tem de patrimônio histórico material e imaterial como legado. Em suma, na comunidade do Mulungu, reconhecidamente quilombola, os traços identitários aparecem no dia a dia, porém, segundo os interlocutores entrevistados, ainda precisa melhorar muito. A construção da identidade de um povo passa por diversos entendimentos e conflitos, às vezes harmônicos, outros tumultuosos, mas, com certeza, necessários.

5.5. Organização comunitária e participação política

Sobre os movimentos sociais o livro didático (COSTA, 2016), utilizado na escola, apresenta algumas definições relacionadas aos tipos de organização e suas múltiplas e diferentes reivindicações. Além do histórico é feita uma breve contextualização da atualidade desses diferentes movimentos sociais no mundo. Mesmo assim não é possível observar nenhuma menção aos quilombolas e suas formas particulares de organização e mobilização social na conquista dos seus direitos.

Os movimentos sociais estiveram e estão presentes na história de todas as sociedades. Temos que compreendê-los como um fenômeno intrínseco às sociedades e resultantes sempre de algum tipo de “conflito”. Entendendo-o dessa forma, podemos dizer que os movimentos sociais estão relacionados ao tema que intitulamos, em Sociologia, como mudanças sociais. Essas transformações ocorrem porque sujeitos ou grupos que não concordam com determinada situação procuram diversas maneiras para modificá-la, lutando pela conquista de direitos sociais, econômicos e políticos. (COSTA 2016. p. 217)

O povoado do Mulungu, desde os primórdios, sempre foi visto como um grupo organizado que procura se fortalecer a partir da busca por objetivos comuns. Uma das formas encontradas há muito tempo e que perdura até os dias atuais é a organização por meio da Associação Comunitária dos Moradores e Produtores do Mulungu. Essa entidade congrega os interesses comuns e faz com que a comunidade se fortaleça cada vez mais, tanto que a maioria dos benefícios coletivos conseguidos, até o momento, foi através dessa organização. A discussão sobre a referida associação, surgiu na década de 1990 diante das demandas do povo que, liderado por Tiozão (Sebastião Oliveira,), sentia a necessidade de se organizar. No ano 2000 ela foi criada.

Surgiu assim, né? Meu cunhado Tiozão disse, vamos fazer uma associação para lutar pelas coisas do Mulungu. Ele uniu com pessoal lá de Nova Colina¹⁶, e um deputado estadual lá de Salvador. Através dele a gente fez associação que deu entrada na fundação Palmares para registrar a comunidade, até que em 2005 reconheceu como comunidade quilombola. Antes já tinha Associação, mas fortaleceu mesmo foi depois do reconhecimento. O povo participa da associação a quantidade de sócios é boa. Participam aqui uns 73 sócios, mais ou menos, muita gente. Antes tinha mais de 100 pessoas que participavam [...] a comunidade aqui tem muita

¹⁶ Maior distrito do Município de Boninal, localizado na Ba 145 que liga Boninal a Mucugê

gente, hoje a comunidade tem umas 400 a 500 pessoas, assim deveria ter mais gente participando. (Nelito Francisco de Souza, 49 anos, atualmente presidente da Associação de Moradores e Produtores do Mulungu)

Os debates iniciais se deram em função de conflitos políticos e da insatisfação dos moradores com as situações vividas pela comunidade, especialmente a falta d'água e de assistência à saúde. A associação de moradores da comunidade tem forjado suas estratégias de lutas para conquista e manutenção de direitos. São verdadeiros laboratórios para a construção de aprendizagens acerca da participação cidadã. Considero importante que a escola e o ensino de sociologia possam se fazer junto a experiências de movimentos sociais pré-existentes na comunidade com a qual desenvolve os processos pedagógicos. O Sr.º Juvenal Januário reconhece que a escola e a universidade tem contribuído com o processo de empoderamento dos jovens quilombolas, mesmo acreditando que estes devam está mais engajados nas lutas travadas pela comunidade.

Hoje em dia alguns tem se envolvido através das escolas, da faculdade, tem buscado este reconhecimento e empoderamento de jovens quilombolas, porém eles poderiam brigar mais para que a comunidade fosse mais assistida e tivesse mais auxílio do poder público. A comunidade precisa se fortalecer porque aqui tem um calendário específico que celebra as suas rezas, colheita da mandioca e outros eventos. (Sr. Juvenal Januário da Silva, 55 anos, professor aposentado e liderança política da comunidade, atualmente é vereador do município de Boninal).

Na época da fundação as principais demandas eram ligadas ao apoio nas questões de agricultura e saúde. Atualmente, as reuniões acontecem ordinariamente de forma bimestral, podendo haver convocatórias extraordinária. Seu primeiro presidente foi seu Selvino Mendes dos Santos, atualmente é presidida por Nelito Francisco dos Santos. Durante a realização do estudo participei de duas reuniões e pude perceber o empenho dos líderes e associados no sentido de buscar benefícios para a comunidade. Também foi possível perceber um reconhecimento, por parte dos membros associados, do quanto essa organização tem sido importante para comunidade.

A associação já fez muito para gente. Já conseguiu a casa de farinha no ano 2000, a cozinha comunitária em 2008 e o trator em 2014. Primeiro foi a casa de farinha né? Tem 20 anos; depois foi a cozinha comunitária. Quem administra as duas é a associação, mas a cozinha está parada quase não faz nada só na semana de consciência negra mesmo, já o trator foi uma benção

para nós, ajuda a gente fazer tudo, depois que esse trator chegou aqui a gente não tem mais dificuldade de ficar com mandioca na roça o trator já vai direto e traz na carrocinha para casa de farinha o trator faz também esse trabalho de arar a terra, assim é o trator que fofa o chão aí com um ano, um ano e meio, a gente já tá fazendo farinha aqui que não demora tanto mais. (Nelito Francisco de Souza, 49 anos, atualmente presidente da Associação de Moradores e Produtores do Mulungu)

Nas inserções que realizei na comunidade, percebi que a associação é o principal instrumento de organização política da comunidade. Segundo Marcelo José de Souza, professor, líder religioso e cultural da comunidade, a associação já foi mais forte na época em que militava nela o senhor Sebastião Oliveira, conhecido como “Tiozão”. Segundo alguns dos entrevistados ele foi uma das mais importantes lideranças na defesa daquela associação e da comunidade.



Sebastião de Oliveira Santos (1946 – 2002).
“Tiozão” foi um dos fundadores da Associação

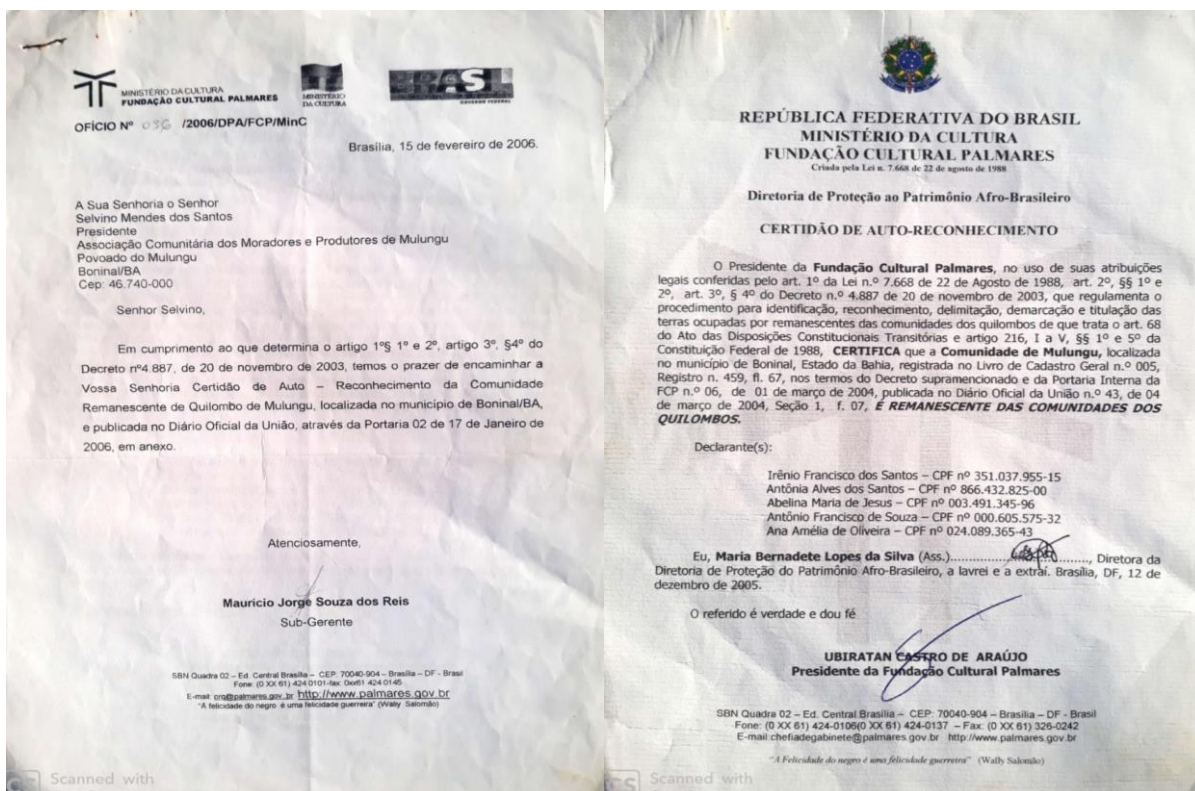


Reunião da Associação dos Moradores e Produtores do Mulungu



Apresentação do projeto de pesquisa em reunião da Associação de Moradores e Produtores do Mulungu

Mesmo com um número menor de associados, a associação continua a ajudar a comunidade. Suas reuniões acontecem com frequência, sempre com pautas definidas visando ao melhoramento da situação dos moradores. Marcelo, ao ser entrevistado enfatizou, e foi reforçado por Sidney, que a população tem buscado inserir os jovens na participação política objetivando a continuidade dos trabalhos, bem como o fortalecimento da luta por seus direitos, porém tem encontrado muitas dificuldades para fazer essa inserção. “A associação é nossa força”, disse Marcelo. Vale ressaltar que tanto Nelito quanto Sidney, afirmam que há muitos moradores que não participam das ações da associação, o que acaba enfraquecendo o movimento, mas nem por isso os sócios desanimam ou deixam de lutar pelos direitos sociais coletivos.



Na primeira foto o ofício comunicando o reconhecimento e na segunda a certidão de auto reconhecimento de comunidade Remanescente de Quilombo

Diante do que se coloca, fica evidente a força da atuação da Associação de Moradores e Produtores do Mulungu, ela foi e continua sendo responsável por muitas das conquistas que a comunidade conseguiu até hoje, especialmente o reconhecimento enquanto comunidade quilombola, pela fundação Palmares no dia 12 de dezembro de 2005. Na época era presidida pelo senhor Selvino Mendes de Souza, um dos entrevistados. Esse reconhecimento é muito

importante para as lutas de comunidades como essa. Trata-se de uma luta dessas populações não apenas por ganhos materiais, mas também pela cidadania, traduzida como busca de respeitabilidade a si mesmos, de seus valores e formas de ver o mundo. (O'DWYER *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 53).

Como forma de melhorar as condições de vida do povo do Mulungu, foi conquistada a casa de farinha comunitária, no ano de 2003, através de programas do governo federal. A casa é de uso comunitário, lá se faz farinha de maneira colaborativa. Ela funciona como um importante instrumento de sobrevivência dos moradores, onde todos podem agendar seus dias para beneficiar a mandioca, momento em que muitos se juntam para ajudar. Segundo Nelito, presidente da Associação, “a casa de farinha é uma bênção, a vida do Mulungu mudou muito depois dela e a associação procura organizar os trabalhos para atender a todos”.



Fotos da fachada e do interior da Casa de Farinha Comunitária



Na primeira foto Nelito Francisco de Souza sendo entrevistado por Diolório e na segunda Juvenal Januário da Silva.

Outra conquista importante foi a cozinha comunitária, onde se produziam doces, biscoitos e bolachas para serem vendidas, inclusive para a merenda escolar do município, através do PNAE – Agricultura Familiar, ciclo interrompido em 2013, quando a cozinha parou de funcionar de maneira cooperativa. Essa ação representava para os moradores e

produtores uma excelente alternativa, pois era uma forma melhor de ampliação dos ganhos com a produção agrícola da comunidade. As atividades eram realizadas em forma de mutirão e cooperação, onde todos se ajudavam visando a geração de renda na comunidade.

A principal “atividade econômica básica é a agricultura (sustentada) por práticas culturais de cooperação, de solidariedade, de reciprocidade”. Em relação a essas práticas culturais, ficamos sabendo que “o sistema tradicional de ajuda mútua compreende três formas principais: mutirão propriamente dito, coluna e surpresa”. A distinção entre essas três modalidades é descrita no texto, que chama atenção sobre o fato de que “nessas ocasiões, comumente se dança catira, uma dança recorrente em localidades rurais tradicionais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo (...). Além da catira, antigamente se dançava ciranda, engenho novo, vilão, cobrinha e lundu” (O’DWYER 2002).

Com a paralisação das atividades da cozinha comunitária, as atenções voltaram-se apenas para a produção agrícola e a venda dos produtos dela oriundos. Onde se mantêm forte a mandioca, o feijão, o milho, a palma e tantos outros.



Na primeira foto a cozinha comunitária e na segunda o palco de apresentações da comunidade

A participação política da comunidade acontece de modo especial através da associação de Moradores e produtores e, mais recente, com a associação de mulheres. A associação de moradores, mais antiga, tem uma média de 100 sócios e as pautas são especialmente nas questões de acesso às políticas sociais dos governos federal, estadual e municipal e, com isso, tem resultado em várias conquistas, mesmo sabendo que ainda pode avançar muito. Como diz seu Selvino, a comunidade já conta com um serviço de saúde preventiva com acompanhamento de agentes de saúde. Esse acompanhamento é feito mensalmente, onde a agente, moradora da comunidade, realiza visitas às casas e orienta os

moradores sobre cuidados e demais informações enviadas pela secretaria municipal de saúde e demais órgãos competentes, além de realizar a marcação de consultas e procedimentos.

Sobre essa participação, Costa (2016, p. 180-183) traz a discussão sobre cidadania e, conseqüentemente, a questão da ação política, porém bem superficial tratando das lutas por direitos civis, políticos e sociais com certo destaque para as comparações entre socialismo e capitalismo. Surgem também, as lutas pela democracia, com foco no período da ditadura militar que o Brasil passou, citando diversas situações conflituosas, por meio dos sindicatos e demais movimentos sociais e conclui falando sobre a participação cidadã nas formas de governo, especialmente a democracia e a conquista dos direitos sociais.

Além dos serviços de saúde, outro apoio que a comunidade conta é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS quilombola, localizado na sede do município, porém destinado a atender especificamente as comunidades quilombolas do município. A comunidade continua a angariar novas ações, inclusive, nas últimas eleições municipais, elegeram um vereador da comunidade para representar e defender os objetivos da mesma.

[...]. Para a comunidade a associação comunitária e o reconhecimento de comunidade quilombola deu mais um reconhecimento, mas as políticas públicas quase não chegaram, chegou pouca coisa, uma comunidade como essa não tem uma aguada pública, o povo daqui tem uns terrenos não tem água para plantar ou dar os bichos, as estradas não são boas... falta muita coisa. Hoje a comunidade tem em torno de 400 a 500 habitantes falta muita coisa ainda, falta um posto de saúde, falta um sistema de água melhor e mais incentivos para a sobrevivência dos moradores. (Sr. Selvino Mendes dos Santos, 65 anos, presidente da Associação dos Moradores na época do reconhecimento enquanto comunidade quilombola)

Procurando fortalecer ainda mais a comunidade, em 2015, foi criada a Associação de Mulheres Quilombolas do Mulungu, que visa valorizar e fortalecer a participação feminina. Cabe ressaltar que com a outra associação não são e nem devem ser adversárias, ao contrário precisam continuar na parceria para que o povo se sinta cada vez mais representado e mais forte. A primeira presidenta foi Olívia e a atual presidenta é Madalena dos Santos. Segundo Dona Olívia, com a criação dessa associação se ampliou o debate na comunidade acerca dos direitos das mulheres e o acesso a algumas políticas que são direcionadas para as mulheres quilombolas.

O trabalho sobre os movimentos sociais e a participação política, especialmente dos jovens, pode ser feito na escola a partir do estudo da história das lideranças, a exemplo de

Tiaozão, citado por tanta gente como um dos líderes políticos mais influentes do Mulungu, e de Juvenal, atualmente vereador que representa a comunidade, e ainda os presidentes das associações presentes no Mulungu, a exemplo dos pioneiros Selvino, na associação dos moradores e Olívia na associação das mulheres.

Sobre isso Costa (2016, p. 220-224) traz também destaque sobre lideranças que muito contribuíram para o fortalecimento da democracia, citando especialmente as décadas de 1960 e 1970 como momentos de surgimento de muitos dos novos movimentos sociais, e a década de 1980 como o auge dos movimentos sociais no Brasil, principalmente na queda da ditadura e as eleições diretas.

Nesse tópico as aulas podem ser realizadas com atividades de campo, participando das reuniões das associações, podem ser realizadas entrevistas, pesquisas com os líderes das mesmas e outros associados. É preciso encontrar na própria comunidade a inspiração para sequenciar as ações, para que os jovens se insiram e deem continuidade ao trabalho que vem sendo construído ao longo de tantos anos de luta. Durante esse trabalho, também, foi possível realizar uma pesquisa sobre as conquistas que essas entidades já realizaram para a comunidade e relevância na vida dos moradores.

5.6. A educação contextualizada

A educação tem feito a diferença na comunidade, é marcante na fala dos entrevistados a importância que eles atribuem aos estudos, seja pela força que há em quem estuda ou estudou ou as dificuldades que passam quem não teve acesso à escola.

Na comunidade tem a escola Manoel Marcelino de Matos, escola municipal que oferta a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º Ano. Nessa Unidade de ensino trabalham apenas três funcionários de fora, todos os outros são moradores da comunidade, conquista do povo que reivindica que esse seja o formato de organização, inclusive com professores e demais funcionários que estudaram na própria escola.



Foto da Escola Manoel Marcelino de Matos



Na primeira foto Marcelo José de Souza e na segunda Sidney Alves dos Santos, líderes comunitários e professores entrevistados na pesquisa

Mas, nem sempre foi assim. Alguns dos entrevistados como Ana e Teodora, nos revelaram que quando adolescentes seus pais pagaram alguns meses de estudo na comunidade vizinha de Olhos D’aguinha¹⁷, para estudarem com o professor Ursulino Bianco. Segundo elas, era um sacrifício, pois os pais só podiam pagar o professor e, mesmo assim, alguns meses. Dessa forma, faltava lápis, caderno e todos os demais insumos necessários. Elas ressaltaram que saíam e caminhavam por horas até chegar a comunidade levando latas de areia branca, material que elas trocavam por objetos por lá. Elas contaram que essa areia era utilizada pelas mulheres para lavar panelas de alumínio. A merenda elas levavam um punhado de farinha com um ovo e, quando tinha, levavam “torresmo”, sendo que o pouco que levavam era para passar o dia todo, iam pela manhã e voltavam à tarde.

¹⁷ Uma das quatro comunidades quilombolas do município de Boninal, localizada a aproximadamente 16 quilômetros da sede e a 10 do Mulungu

Eu estudei 3 meses somente na escola o seu Ursulino Bianco em Olhos D'aguinha, a gente saía daqui cedo 7 horas da manhã e chegava lá 8 horas todos os dias durante 3 meses e eu falava meu Deus eu vou porque eu quero pelo menos assinar meu nome. Não aprendi quase nada mas o pouquinho que eu aprendi... foi pouquinho eu olho para alguma coisa eu sei ler sei falar o que que é então eu fiquei contente, dos sete filhos de minha mãe só eu que fui na escola eu tive muita vontade. Em Boninal eu conheci estudo lá mas era só para eles lá mesmo para nós aqui era a escola de Ursulino Bianco que a gente pagava. Meu pai trabalhava vendendo o dia e minha mãe vendia tapioca, lavava roupa e meu pai fez um esforço junto com minha mãe para pagar pelo menos um mês de escola lá na escola. Eu estudei 3 meses eu e Ana nós duas ia nós duas éramos boas alunas a gente já tava mais de maior já era moça uns 13, 14 anos, ia também Glória, Senhorzinho, Gregória e a Maria Helena era tudo diferente nós sentava no chão não tinha merenda material de estudo, caderno, livro, não tinha nada. Nós estudamos primeiro ABC maiúsculo, depois o ABC minúsculo e depois as nove cartas de sílabas, foi pouquinho que eu estudei, mas foi apurado eu agradeço a Deus primeiramente e minha mãe que catava mamona para pagar minha escola. (Dona Teodora Maria Mendes, 74 anos, idosa ligada às questões comunitárias e religiosas)

Nessas aulas elas disseram que o professor era muito rígido e sempre que chegavam tinham que falar “Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo”, sem essa saudação não entravam na sala de aula improvisada, era como se fosse uma senha de entrada. Segundo elas o professor era muito inteligente e amava os estudantes, eles tinham prazer de ir para a escola.

O professor tinha um enorme carinho e ensinava tudo e todo mundo tinha que respeitar só que não podia abusar porque se abusasse tinha muito castigo. Quando a gente chegava a gente não dava bênção nem bom dia, a gente tinha que dizer: “louvado seja nosso senhor Jesus Cristo” e aí todos respondiam “para sempre seja louvado”. Quando era assim na hora do almoço a gente tinha que ir na mesa conversar com ele para ele dar as ordens para a gente obedecer sobre a saída. Olha eu levava areia, nós tudo levava na lata uma areia branca que as mulheres usavam para arear as louças e a gente trocava por arroz ou por farinha. Saía daqui caminhando descalço por essas estradas com essa lata pesada na cabeça a semana todinha de segunda a sexta “nóis ia” de manhã e voltava de tarde. Para comer e passar o dia levava farinha com ovo isso é um prazer para mim. (Dona Ana dos Santos Sousa, 80 anos, uma das mais idosas da comunidade e filha de dona Loura, responsável pela volta do reisado)

Essa situação durou muito tempo, mas segundo Dona Codó e Seu Selvino, anos mais tarde apareceu na comunidade outros professores que ensinavam para algumas pessoas e depois começou a ter aulas do ensino primário, sendo concluído o colegial na cidade de Boninal. Para irem para a cidade estudar iam a pé ou pegavam carona em carrocerias de carro

que trabalhavam nas redondezas, até que em 1996 iniciou o transporte escolar na comunidade conduzindo os estudantes para a sede do município.

[...]. Eu não cheguei a estudar tinha um professor “afamado” aqui na região que era o Ursulino Bianco em Olhos D’aguinha, algumas pessoas daqui iam e como é que ia? Levava um pouquinho de farinha e um ovo cozido. Deus ajudou que um bocado aprendeu não foi todos não, mas Teodora, Ana, Albino, Estevão e outros aí aprenderam algumas coisas. O primeiro professor que chegou aqui eu não tenho lembrança, mas diz que foi Joaquim e o finado Elias, também João Conrado que davam as aulas aí era pago esses aí tudo era pago. Agora vê: o primeiro Professor formado que veio foi Aparício na escola depois foi Anatália e o que mais deu aula aqui foi Juvenal, como não tinha escola, primeiro arrumava uma casa para dar aulas, mas depois fez uma escola lá perto da casa de farinha. (Dona Ana Umbelina de Oliveira, “Dona Codó”, 96 anos, a mulher mais idosa da comunidade)

Na década de 1980 e início dos anos 1990 começam a se fortalecer as aulas regulares na comunidade, primeiro com professores leigos, depois com professores formados que deram continuidade à docência no Mulungu, especialmente o professor Juvenal que iniciou e terminou sua carreira profissional no Mulungu. Com essa presença da escola as crianças e jovens começaram a regularizar seus estudos e os índices de analfabetismo foram diminuindo, porém ainda hoje tem um índice significativo de analfabetos na comunidade. Com essa guinada do ensino e a continuidade do fundamental e médio na sede do município, muitos jovens deram sequência aos seus estudos e hoje já têm alguns formados em faculdade, especialmente nas licenciaturas de Letras, História e Pedagogia.

Eu destaco a questão da educação no final da década de 1980 e início da década de 1990 que era muito difícil no Mulungu. A gente saía às 5:00 horas da manhã para trabalhar e trabalhava umas 10:30 para tomar banho e ir para estudar a pé em Boninal, hoje mudou muito a gente tem carro tem tudo aí na boa. Essa situação de contar para os mais novos tem que ser feito pelos mais velhos que costumam fazer isso com os jovens para que eles fiquem sabendo e procurem dar valor, mas hoje a porcentagem de pessoas que param para ouvir é menor, as pessoas não sentam para conversar em casa, hoje em dia é uma raridade jovens sentar para conversar com os pais. (Marcelo José de Souza, 41 anos, professor, líder religioso e cultural da comunidade)

É importante salientar que, em todas as etapas de ensino, todos os entrevistados disseram que nunca participaram de aulas que fossem trabalhados materiais que retratassem a história da comunidade ou que falasse de aspectos dela. Em alguns momentos esporádicos o Mulungu era citado, mas nunca como trabalho organizado de estudo. Segundo Sidney,

ratificado por Juvenal, eles sempre ouviram falar de tudo o que está fora da comunidade, nada de dentro, nada ligado com o contexto no qual estão inseridos os estudantes daquele tempo e de hoje.

Assim, de acordo com o que a gente vai ouvindo a gente vai passando para outras pessoas, para os alunos, mas de maneira muito tímida porque a gente também não é detentor desse conhecimento, não tinha todas essas informações. A gente usa muito em gincanas escolares, festas juninas ou outros eventos para poder buscar essas informações. Infelizmente não acontecia a aula com o contexto, a gente não viu o processo. Isso causou um retardamento, pois só muito tarde a gente veio reconhecer essa necessidade, então a dificuldade das pessoas em conhecer sua história, mas mesmo assim não tem muito conhecimento não. (Sr. Juvenal Januário da Silva, 55 anos, professor aposentado e liderança política da comunidade, atualmente é vereador do município de Boninal)

Essa situação de descontextualização é evidente, pois o livro didático em estudo, COSTA (2016) traz muito pouco sobre as especificidades das comunidades quilombolas. Se o professor focar suas aulas apenas nele, de fato a contextualização com a realidade local será difícil. Faz-se de extrema importância a utilização de várias outras fontes de pesquisa, mesmo que ainda existem poucas sobre a comunidade do Mulungu.

Sendo assim, a atuação do professor, entendendo seu papel e procurando planejar seu trabalho, deve aproximar da realidade os conteúdos que serão trabalhados. Os estudantes precisam ter acesso a um ensino que seja pautado em questões práticas e atuais, um ensino que os aproxime do aprendizado de forma mais acessível. As dificuldades elencadas pelos entrevistados demonstram a importância que se tem à educação na visão deles, pois mesmo enfrentando os obstáculos não desistiam.

Outro fator importante citado é o fato de que mesmo nunca tendo participado de aulas com a realidade local discutida, os entrevistados demonstram conhecer a importância dessa aproximação dos conteúdos com o dia a dia. Assim, o ensino de Sociologia deve favorecer ao trabalho focado na realidade, no sentido de provocar os estudantes a busca pelo conhecimento com vistas à superação das dificuldades, bem como a construção de uma aprendizagem sólida e duradoura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao participar ativamente da vida da comunidade, durante esse tempo de investigação, ficou evidente que o povo do Mulungu é dinâmico, unido e muito acolhedor. Segundo Edson Mendes dos Santos, uma das lideranças ouvidas: “vivemos unidos sempre, às vezes acontece algumas brigas, problemas, mas quando precisa todos se unem e esquecem as diferenças”. Nas observações foi perceptível que há entre os moradores muitos aspectos que, de fato, evidenciam a vida em comunidade, ainda mais se tratando de uma comunidade quilombola. São marcantes os traços da cultura, da fé, das manifestações artísticas e colaborativas e em tantas outras situações que são aqui descritas, tudo em uma sintonia que, muitas vezes, passa despercebida pelos órgãos competentes no que se refere ao acesso às políticas públicas.

Durante as observações e registros no diário de campo, foram destacados dois momentos de grande manifestação de união: o primeiro foi a construção de uma casa, mais especificamente vivenciei a parte do trabalho no telhado da casa do Neto do seu Selvino. Durante essa ação, havia mais de vinte pessoas, homens e mulheres, trabalhando de forma solidária. Em uma espécie de mutirão, eles colocaram as madeiras e cobriram a casa em um dia. Outro momento foi a “feita de farinha”, como eles chamam. O dono da mandioca, após ter agendado a casa de farinha comunitária, com o presidente da associação de moradores e produtores, trouxe para a casa de farinha toda a mandioca que ele tinha e em seguida juntou-se em média 35 pessoas para ajudá-lo a fazer a farinha, o trabalho que poderia durar semanas, findou-se em dois dias.

Além disso, outro momento que presenciei, foi a união do povo da comunidade ao perder um ente querido. Tudo teve início quando um senhor da comunidade adoeceu, bastou a notícia se espalhar que no mesmo dia a família recebeu mais de 30 pessoas para visitá-lo, todos se oferecendo para ajudar, inclusive aqueles que tinham algum problema de relacionamento com o doente ou com a família. Essas visitas se estenderam por vários dias e quando o senhor faleceu a comunidade parou, todos deixaram seus afazeres para prestar homenagens velando o corpo e só dali saindo após o enterro, que, diga-se de passagem, demonstra um respeito e união singulares dos quilombolas do Mulungu. Sobre isso Nelito, presidente da Associação dos Moradores e produtores ressaltou: “a união aqui já começa pela doença, por que se adoeceu um fulano aqui é 40, 50 visitas no dia na casa da pessoa, acabam as diferenças de todo mundo se é diferente, tem alguma diferença com alguém a pessoa vai meio retraída, mas vai”.

Nesse tempo de convivência tive a oportunidade de ver na prática a cultura vivida pelos moradores, seus modos de vida, suas formas de se relacionar com o sagrado e o profano, suas formas de sobrevivência – especialmente a agricultura familiar, as festividades, a participação política, enfim, o cotidiano do Mulungu demonstrou aquilo que os objetivos buscavam.

Nesse percurso realizei várias entrevistas que provocaram as narrativas e trouxeram à tona a memória coletiva do povo e a participação dos jovens. Questionei, em muitos momentos, sobre a atuação da juventude e, já se percebe esse protagonismo na comunidade, o que contribuiu para a produção desse texto com base na etnografia. É importante ressaltar que nas provocações sobre as trajetórias de lutas, as observações e as entrevistas realizadas, ficaram evidentes a caracterização de um povo unido, uma comunidade que vive a união, nos momentos de festa e de dor, vive, em grande parte, o cooperativismo e valoriza suas lideranças históricas na construção da comunidade como se tem hoje.

Ao fazerem memória aos tempos passados, os relatos, as narrativas constituíram um corpus de dados que, trazidos para cá, fazem agora parte de um documento que conta parte da história do Mulungu. Esse documento servirá de base para outras pesquisas ou estudos de diversas áreas. Os horizontes continuarão abertos e com possibilidades de se aflorar ainda mais na tarefa de produção do conhecimento. Além disso, a partir de então, os jovens do Mulungu terão mais um documento que contribui para o empoderamento da realidade com vistas à superação de dificuldades e ao engajamento nas causas da comunidade.

Dessa forma, percebo que ainda é muito cedo para estabelecer uma conclusão. Durante as inserções na comunidade, através da observação participante e a realização das entrevistas, muitos desafios apareceram e esse tempo de trabalho serviu para demonstrar o quão grande é a caminhada que ainda precisa ser percorrida, porém os primeiros passos já foram e estão sendo galgados.

A pesquisa não adentrou aos muros da escola de Ensino Médio que recebe os estudantes oriundos do Mulungu, nem foram feitas entrevistas com professores ou quaisquer funcionários da referida instituição, porém percebe-se nas análises das conversas com os jovens e com alguns adultos que estudaram na unidade escolar, que ela trabalha praticamente o tempo todo com o livro didático nas aulas de Sociologia e, na maioria dos casos esse livro não faz referências contextuais às particularidades dos estudantes.

Os dados analisados apontam para construções históricas que fizeram e fazem do Mulungu uma comunidade ímpar em diversas questões. As situações são tão significativas

que, muitas vezes, durante a análise, fui instigado a voltar para novas indagações. Essas situações já eram previstas desde a elaboração do projeto, pois com base em Jovchelovitch & Bauer (2002, p 107-107), é importante salientar que várias versões poderiam aparecer para um mesmo fato, se contado por pessoas diferentes.

Diante disso, é possível dizer que os objetivos foram alcançados em parte, visto que a trajetória de luta dos quilombolas foi evidenciada, através das narrativas que ressaltaram a história de constituição da comunidade, as lutas, as memórias, a valorização cultural e a construção da identidade com uma participação política efetiva. Entretanto, devido a diversos fatores, especialmente o recesso das aulas no final do ano de 2019 e início do ano de 2020, as sequencias não puderam ser testadas, porém, a título de sugestão, trago estas nos apêndices como forma de subsidiar o trabalho dos professores de Sociologia do Ensino Médio.

Assim, o presente trabalho de conclusão de curso traz um rico referencial da comunidade que pode se tornar um material didático para ser utilizado nas escolas de Ensino Médio que recebem os estudantes do Mulungu, bem como em outras instituições de outros níveis, sendo realizadas as devidas adaptações ao público em específico. Não há dúvidas que essas possibilidades são reais e que estudos mais aprofundados poderão ser realizados, mas os primeiros passos foram dados e demonstram a brilhante trajetória percorrida por essa comunidade até a contemporaneidade.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W. Os quilombos e as novas etnias. **In: Leitão (org.) Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

ALVES FILHO, Ivan. **Memorial dos Palmares**. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.

AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. **Quilombos da Bahia: presença incontestável**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

ARRUTI, J. M. Mocambo. **Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Currículo referencial da educação básica para o estado da Bahia**. Secretaria da Educação. Salvador, 2018.

_____. **Orientações Curriculares para o ensino Médio**. Secretaria da Educação. Salvador, 2005.

BRASIL. **PNLD 2018**: apresentação – guia de livros didáticos – ensino médio. Ministério da Educação Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

_____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

_____, Secretaria da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio (OCEM)** Brasília: 2006.

_____. Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 15 de Set. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 08 set. 2018.

_____. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: SECAD/ME, 2004.

CARRIL, Lourdes Fátima Bezerra. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: O território como contexto e texto.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000200539&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 de maio de 2019

CASTRO, Celso. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. In, **Textos básicos de Antropologia: Cem anos de Tradição – Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros.** Rio de Janeiro: Zahar. 2016. P 110-158.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CHIESA, Carolina Dalla, FANTINEL, Letícia Dias. “**Quando eu vi tinha feito uma etnografia**”: notas sobre como não fazer uma etnografia Ocidental. Gramado: VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 2014.

CONRAD, Robert Edgard. **Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI.** 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca.** 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____, Florestan. O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira. In: **I Congresso Brasileiro de Sociologia.** Anais. São Paulo, 1954.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1988.

FLICK, Uwe. **Entrevista Episódica**. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

FLORENCIO, Maria Amélia. **Reflexões sobre o uso do livro didático de Sociologia na educação básica**. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjFjdSF5IzfAhVFEZAKHRE_BnoQFjAAegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Fseer.ufs.br%2Findex.php%2Fnsufs%2Farticle%2Fdownload%2F6113%2F5125&usg=AOvVaw1nUNktXlb6ECzYC-npJY2Y. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 33ª ed. 1996 (coleção Leitura).

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis. Ed. Vozes. 2002.

GEERTZ, Clifford James. **”Do ponto de vista dos nativos”**: a natureza do entendimento antropológico. In, O Saber Local. RJ. Editora Vozes, 1998.

IANNI, Octavio. A Sociologia e o Mundo Moderno. **Tempo Social**. Rev. USP. nº 5, p. 7-27 EDUC. São Paulo, 1988. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n1/0103-2070-ts-01-01-0007.pdf>>. Acesso em: 31 de Out. de 2019.

GUSMÃO, N.M. **Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos**. Cultura Vozes, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Diretrizes para proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte, 2008.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: **BAUER, Martin W. & GASKELL, George (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEMOS JÚNIOR, C. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Proteção e Direito pela Educação Patrimonial**. Anais IX Semana Nacional de Museus/III Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas, 2011)

LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert YUKIO; TEDESCHI, Losandro Antônio. (orgs). **Ensaio sobre racismo. In: Resistência à escravidão e reconquista da liberdade: ser quilombola na diáspora Africana.** MORAES, Oriel Rodrigues. Disponível em: www.balaoeditorial.com.br Acesso em 29 de abril de 2020

MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução: objeto, método e alcance desta investigação**, In, os Argonautas do Pacífico Ocidental. *Ethnologia*, n. s., nº 6 – 8, 1997, pp. 17 – 37

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia.** Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/96/0> >. Acesso em: 12 de set. de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1999.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas.** São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

_____, Kabenguele. **Origem e histórico do quilombo na África.** Revista USP. São Paulo: USP. 1995/1996.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução. p. 13-42)

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002. 296p.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio.** *Estudos Históricos*, São Paulo, v. 3, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira.** São Paulo: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1956.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos, (orgs.). **Liberdade Por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

SANTOS, Richard. **Identidade Guerreira: Luta e resistência nos quilombos contemporâneos.** *Revista África e Africanidades* – Ano 7 – n. 19, Abr. 2015.

SANTOS SILVA, Valdélino. **Racismo e Identidade Nacional.** Em prole, 1998.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli and CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** *Ambient. soc.* [online]. 2002, n.10, pp.129-136. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2002000100008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 26 de Abril de 2019.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWART, Stuart B. **Cantos e Quilombos numa Conspiração de Escravos Haussás.** In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos, (orgs.). **Liberdade Por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

SILVA, M. J. de S. & SOUZA, M. H. R. Manuais de Sociologia: uma análise comparativa entre conteúdos e metodologias para o ensino médio. III ENESEB - Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica, 2013, Fortaleza/CE. Anais do III ENESEB, 2013. SOUZA, Marcia Lúcia Anacleto de. **Entre escola e tradição: a educação em uma comunidade remanescente de quilombo.** *Revista contemporânea de educação* - vol. 11 - n. 22, ago/dez de 2016.

SILVA, Márcio José. **A ideologia da cor, racismo e seus danos ao Brasil.** Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/02/18/a-ideologia-da-cor-racismo-e-seus-danos-ao-brasil/> Acesso em: 29 de abril de 2020.

SOUZA, Marcia Lúcia Anacleto de. **Entre escola e tradição: a educação em uma comunidade remanescente de quilombo.** Revista contemporânea de educação - vol. 11 - n. 22, ago/dez de 2016

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o Ensino Médio.** Editora Saraiva, 2013.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **As estratégias da memória social.** Caderno virtual do turismo. 2003.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Campos Negros: Identificação, cadastramento e mapeamento das Comunidades Negras Rurais da Bahia.** Pró Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós Graduação/Centro de Estudos Euclides da Cunha. Salvador, 1998.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título da Pesquisa: “Educação contextualizada e Ensino de Sociologia – As trajetórias de lutas dos Quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais”

CAEE N°

Nome do(a) Pesquisador(a) responsável: Diolório Araújo Medeiros Filho

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo geral “Produzir material didático que subsidie a abordagem dos temas da *Cultura, Diversidade e Identidade Cultural, Movimentos Sociais e Participação Política*, a partir da produção de conhecimento, na perspectiva dos nativos, acerca da memória coletiva de ocupação, organização e luta pelas terras, no contexto dos territórios reconhecidos da Comunidade Remanescente de Quilombo de Mulungu, Boninal-BA”. Para melhor detalhar o alcance desse objetivo colocam-se como específicos: Identificar e caracterizar os aspectos que constituem a memória local sobre as origens da ocupação daqueles espaços, a criação da comunidade, especificidades socioculturais, bem como os percursos percorridos até o reconhecimento oficial como comunidade quilombola e suas relações com a Identidade Cultural; Levantar, na perspectiva das lideranças da comunidade, a trajetória de constituição do movimento social que levou à formação da Associação Quilombola de Mulungu, o (auto) reconhecimento da afrodescendência e pertencimento a um território tradicional, memória social e identidade cultural na luta pela terra; Identificar a importância atribuída pelos líderes da comunidade ao engajamento dos jovens na luta pela preservação de costumes, fortalecimento da cultura e identidade da comunidade; Propor alternativas/recursos didáticos ao trabalho pedagógico em sociologia, no sentido de possibilitar uma abordagem mais contextualizada localmente, a partir das vivências da comunidade quilombola do Mulungu;

Sua participação é importante, porém, você não deve aceitar participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se desejar, qualquer pergunta para esclarecimento antes de concordar.

Envolvimento na pesquisa: A pesquisa será realizada através de entrevistas narrativas com líderes comunitários, religiosos, políticos e culturais da comunidade do Mulungu que conheçam a história da comunidade, com duração prevista de 03 meses. Nas entrevistas os participantes serão convidados a contar as histórias sobre a constituição da comunidade, especialmente nas questões de como conseguiram as terras, como a cultura é desenvolvida e transmitida para as futuras gerações e sobre a organização da comunidade através da associação e a participação política. Outro instrumento a ser utilizado é a observação participante na comunidade com participações efetivas no dia a dia da comunidade. Nesse método, o pesquisador participa ativamente de vários momentos de interação com

a comunidade, participando em momentos festivos, momentos de reuniões da associação, participação em atividades coletivas e individuais da comunidade, celebrações religiosas e outras a consentimento do pesquisador e dos participantes.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Riscos, desconfortos e benefícios: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, contudo podem ocorrer riscos pequenos nos aspectos de ética de diversas origens, como emocional, psicológica e intelectual ou ainda de constrangimentos ao responder os questionários, além de desconfortos, estresse, quebra de sigilo, danos, cansaço ao responder as entrevistas, porém as informações serão mantidas no mais absoluto sigilo visando a garantia dos acordos firmados, além de ofertar assistência gratuita aos participantes, caso necessite pelo tempo que for necessário. Visando diminuir as possibilidades da existência dos riscos, farei alguns treinamentos com os pesquisadores cadastrados na pesquisa, procurando preparar melhor a pesquisa e trataremos de preparar o local da realização das entrevistas tomando as devidas providências para que os participantes se sintam bastante a vontade.

Este estudo lhe oferece o benefício de contribuir para o melhoramento das práticas pedagógicas dos professores das escolas que trabalham com estudantes da comunidade, bem como possibilitar discussões sobre a contextualização dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade das comunidades quilombolas de nosso município, especialmente da comunidade de Mulungu.

Indiretamente, espera-se que a pesquisa possa ajudar a desenvolver materiais didáticos de apoio ao trabalho dos professores.

Ao testar o material na Escola indicada, para evitar riscos maiores, será realizado um estudo detalhado do material com a equipe pedagógica da escola, juntamente com os professores da disciplina de Sociologia, visando aprovar o trabalho em sala de aula, para a partir daí apresentar o material produzido aos estudantes e realizar com eles os procedimentos descritos no projeto.

Garantias éticas: Todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa serão ressarcidas, mas já fica antecipado que os participantes não serão convidados a fazer nenhum tipo de investimento financeiro. É garantido ainda o seu direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Confidencialidade: é garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, mesmo após o término da pesquisa. Somente o pesquisador terá conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados. Entretanto, caso haja necessidade, sua identidade será revelada para melhor ilustrar a construção dos dados, dando maior evidência e veracidade às informações. Os dados serão armazenados em lugares seguros, a exemplo de armários e

outros lugares de acesso apenas do pesquisador para posteriormente serem armazenados em computadores para dar os devidos encaminhamentos aos resultados da pesquisa. No decorrer da pesquisa, as entrevistas serão filmadas, com áudio e vídeo, o que resultará na produção de um documentário que será disponibilizado à associação, aos participantes da pesquisa e poderá ser apresentado em eventos da comunidade ou relacionados ao tema. A identidade dos participantes só será divulgada no documentário. Assinando esse documento você está autorizando essa divulgação de maneira livre, consciente e esclarecida.

É garantido ainda que você terá acesso aos resultados com o pesquisador. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa com o pesquisador do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas uma das quais ficará com o(a) senhor(a) e a outra com o(s) pesquisador(es).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

_____, ____ de _____ de 20____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

Assinatura do Pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

Pesquisador Responsável: Diolírio Araújo Medeiros Filho.

Endereço: Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 84, Nova Colina, Boninal-Ba

Contato: (75) 3323-4073 / 99130-2807

E-mail: diopedagogo@hotmail.com

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIVASF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar

Telefone do Comitê: 87 2101-6896 - E-mail: cep@univasf.edu.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVASF) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas.

APÊNDICE B – SUGESTÃO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

Tema: Memória coletiva: histórias da ocupação

Série: 3º Ano

Conteúdos:

- A questão da terra no Brasil;
- Questão de terra ou questão de gente?;
- A organização dos trabalhadores do campo;
- A formação da comunidade Quilombola do Mulungu.

Objetivos:

- Destacar aspectos da ocupação de terras no Brasil de modo geral;
- Compreender as relações geradas entre os povos quilombolas e trabalhadores do campo na ocupação das terras;
- Compreender como se deu o processo de ocupação das terras e fortalecimento da comunidade quilombola do Mulungu;

Número de aulas: 04

Justificativa:

Entender sobre a formação de seu povo é essencial para qualquer sociedade. Esse processo nem sempre se deu de forma harmônica e, dessa forma faz-se necessário a realização de estudos, bem como a vivência para conseguir identificar os aspectos que marcam a história de um povo. Nesse sentido, estudar a formação da comunidade do Mulungu representa para seus moradores, a oportunidade de saber como a comunidade foi formada, bem como os aspectos que a caracterizam ou que servirão de base para o fortalecimento do povo enquanto sociedade de direito organizada.

Encaminhamentos:

1ª Aula:

No primeiro momento farei a minha apresentação e apresentação dos conteúdos a serem estudados na sequência, explicando oralmente sobre os motivos que justificam o trabalho com os mesmos. Em seguida utilizando o livro didático de Sociologia, faremos uma explanação e debate sobre a questão das terras no Brasil, bem como as relações estabelecidas nesse processo de ocupação, dando oportunidade aos estudantes de colocarem seus posicionamentos, buscando encontrar semelhanças com os processos de ocupação de nossa região, dos quais eles tenham conhecimento. Iniciaremos nessa aula, também, com base no conteúdo trazido pelo livro didático, a leitura e discussão dos tópicos que tratam da organização dos trabalhadores rurais nos processos de ocupação de terras.

2ª Aula:

Continuaremos as discussões da aula anterior buscando provocar os estudantes sobre como essas situações acontecem em nossa região e mais especificamente na comunidade quilombola do Mulungu. Após isso provocarei os estudantes sobre a história do Mulungu, a partir do trabalho de pesquisa por mim realizado: “Educação contextualizada e ensino de Sociologia: a trajetória de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais” no item 5.1 que trata sobre A construção história da comunidade – história de um povo. Nesse trabalho faremos a leitura do material com debates provocando os estudantes a conhecerem essa história na prática.

3ª Aula:

Daremos continuidade aos trabalhos com os dados da pesquisa sobre educação contextualizada que demonstram o processo de início e fortalecimento da comunidade. Em seguida assistiremos um trecho das gravações produzidas durante as entrevistas da referida pesquisa, na parte em que alguns dos participantes falam sobre a chegada dos primeiros moradores, a escolha do nome e outras informações sobre diferentes épocas da comunidade.

Nesse momento faremos destaque nas partes em que as falas se referem ao processo de chegada dos fundadores, bem como do estabelecimento deles na comunidade. Em seguida outros tópicos sobre o desenvolvimento da comunidade e das relações com a terra serão abordados.

4ª Aula:

Faremos uma sistematização das discussões realizadas nas aulas anteriores, onde pedirei aos estudantes que registrem suas impressões sobre as ocupações no Brasil e a situação específica do Mulungu, através de um instrumento avaliativo oral na sala de aula e a produção de um cartaz sobre as comparações identificadas por eles nos vários processos de ocupação pelo país em geral.

Avaliação:

Avaliação oral e produção de cartazes para posterior exposição nos murais da escola.

Referências

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016

MEDEIROS FILHO, Diolório Araújo. **Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia: as trajetórias de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**. Trabalho de conclusão do Mestrado. Petrolina: UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2020.

Sequência de Sociologia do Ensino Médio

Tema: Religiosidade e Juventude

Série: 3º Ano

Conteúdos:

- Religiões no Brasil;
- Sincretismo religioso no Brasil;
- A sociedade, seus problemas;
- Religiosidade e intolerância;
- Religiosidade e juventude;
- Histórico e influências das religiões presentes na comunidade do Mulungu.

Objetivos:

- Debater sobre religiosidade e o sincretismo religioso no Brasil;
- Caracterizar a diversidade religiosa no Brasil e sua importância para o povo brasileiro;
- Debater sobre racismo religioso;
- Entender a história religiosa do povo do Mulungu;
- Identificar as práticas religiosas da comunidade quilombola do Mulungu;

Número de aulas: 07

Justificativa:

O Brasil é um país formado por um sincretismo religioso marcante e que se desenvolveu ao longo dos tempos passando por períodos marcantes de racismo religioso. Nesse sentido, na comunidade quilombola do Mulungu não seria diferente. A comunidade tem na religião um aspecto marcante, especialmente o cristianismo, visto que também passou pelo movimento de expansão do catolicismo. Na comunidade existem outras práticas

religiosas também, assim faz de suma importância o estudo do histórico dessas religiões, bem como sua importância no dia a dia da comunidade.

Encaminhamentos:

1ª Aula:

No primeiro momento farei a minha apresentação e apresentação dos conteúdos a serem estudados na sequência, explicando oralmente sobre os motivos que justificam o trabalho com os mesmos. Logo após utilizaremos o livro didático para discutir sobre o sincretismo religioso presente no Brasil, bem como o histórico das manifestações religiosas no Brasil

2ª Aula:

Dando continuidade, a discussão da aula anterior, serão retomados os debates, enfatizando a questão da intolerância religiosa com base nas informações que o livro didático traz. Nesse momento provocarei os jovens sobre as formas de preconceito religioso que eles conhecem, bem como procurarei aproximar ao máximo da realidade dos mesmos.

3ª Aula:

Continuaremos o debate sobre a intolerância religiosa, através de noticiários da internet. Para isso, levarei os estudantes para o laboratório de informática da escola, onde pesquisaremos manchetes sobre preconceito religioso para registro das informações.

4ª Aula:

Nessa aula, faremos a sistematização das informações registradas na aula anterior no laboratório de informática e escolheremos as cinco notícias que mais causam impacto para posterior comparação.

5ª Aula:

Assistiremos a trechos da gravação das entrevistas com pessoas da comunidade de Mulungu que falaram sobre o histórico das religiões e festejos da comunidade. Em seguida abrirei um debate para que estudantes façam suas colocações sobre as entrevistas assistidas, as notícias colhidas na internet e os conteúdos do livro didático debatidos na sala de aula.

6ª Aula:

Nessa aula dividirei a turma em cinco grupos para a produção de um painel ilustrativo sobre as religiões com posterior apresentação dos trabalhos produzidos em sala.

7ª Aula:

Apresentação dos painéis produzidos na aula anterior com comentários do professor e da turma sobre os conteúdos estudados.

Avaliação:

Produção de painéis temáticos sobre as diversas religiões estudadas em sala de aula durante essa sequência

Referências

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016

MEDEIROS FILHO, Diolório Araújo. **Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia: as trajetórias de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**. Trabalho de conclusão do Mestrado. Petrolina: UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2020.

Sequência de Sociologia do Ensino Médio

Tema: Cultura e diversidade cultural

Série: 1º Ano

Conteúdos:

- Culturas e sociedades;
- Cultura no senso comum;
- Cultura como representação da realidade;
- Cultura e seus significados; as manifestações culturais do Mulungu.

Objetivos:

- Debater sobre os conceitos de cultura;
- Entender a representação assumida pelas diversas manifestações culturais;
- Debater sobre os significados da cultura;
- Identificar as características da cultura quilombola praticada na comunidade do Mulungu;

Número de aulas: 04

Justificativa:

Estudar a diversidade cultural de um povo é de suma importância para o entendimento de seus costumes e da cultura de modo geral. Nas comunidades quilombolas há uma diversidade de manifestações culturais, que faz dos quilombolas verdadeiros laboratórios vivos da cultura. Dessa forma é preciso não apenas estudar a cultura em geral, mas é preciso especificar as manifestações culturais presentes na comunidade quilombola do Mulungu com vistas à preservação e divulgação das manifestações que caracterizam a comunidade e fazem dela um berço da diversidade cultural.

Encaminhamentos:

1ª Aula:

No primeiro momento farei a minha apresentação e apresentação dos conteúdos a serem estudados na sequência, explicando oralmente sobre os motivos que justificam o trabalho com os mesmos. Logo após, utilizando o livro didático da turma, faremos a leitura e discussão dos conteúdos apresentados no capítulo que trata sobre cultura e diversidade, fazendo um paralelo com a realidade da comunidade do Mulungu

2ª Aula:

Daremos continuidade com o trabalho a partir dos conteúdos do livro, identificando os aspectos que marcam as diversas formas de manifestação cultural. Após isso, em grupos, pedirei aos estudantes que organizam uma apresentação rápida sobre cultura, identificando os aspectos particulares das diversas manifestações culturais para apresentação na próxima aula.

3ª Aula:

Nessa aula os estudantes apresentarão seus trabalhos com os comentários do professor. Após isso, questionarei sobre o que eles identificam do conteúdo trazido pelo livro com o dia a dia deles. Em seguida faremos a leitura do trecho 5. 2 Aspectos religiosos e culturais da comunidade, parte da pesquisa sobre Educação contextualizada.

4ª Aula:

Para concluir a sequência assistiremos a um trecho das gravações produzidas durante as entrevistas na parte em que alguns entrevistados falam sobre os aspectos religiosos e as manifestações culturais da comunidade. Após isso, avaliarei a turma a partir de questionamentos orais sobre a cultura do Mulungu.

Avaliação:

Avaliação oral e por escrito com a tarefa de responder um questionário objetivo sobre as diversas manifestações culturais

Referências

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016

MEDEIROS FILHO, Diolório Araújo. **Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia: as trajetórias de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**. Trabalho de conclusão do Mestrado. Petrolina: UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2020.

Sequência de Sociologia do Ensino Médio

Tema: Diversidade e Identidade Cultural

Série: 1º Ano

Conteúdos:

- Identidades sociais e culturais;
- O que é identidade?;
- Identidades sociais;
- Os jovens e a questão da identidade;
- A importância da cultura na comunidade do Mulungu;

Objetivos:

- Debater sobre identidade e identidade cultural;
- Identificar as diferenças entre identidade pessoal e coletiva;
- Entender como os jovens do Mulungu caracterizam a identidade quilombola;
- Identificar aspectos que marcam as particularidades da identidade dos remanescentes quilombolas da comunidade do Mulungu;

Número de aulas: 04

Justificativa:

A discussão sobre identidade individual e coletiva, bem como a importância da cultura nessa demarcação é de extrema importância e possibilita aos envolvidos a possibilidade de se reconhecerem enquanto participantes de um grupo ou de uma comunidade tradicional. Dessa forma, trabalhar a importância da cultura para a comunidade quilombola do Mulungu é dar, especialmente aos jovens, a possibilidade de debater sobre a participação deles nas manifestações da comunidade e no envolvimento para a preservação cultural e da construção da identidade da comunidade.

Encaminhamentos:

1ª Aula:

No primeiro momento farei a minha apresentação e apresentação dos conteúdos a serem estudados na sequência, explicando oralmente sobre os motivos que justificam o trabalho com os mesmos. Em seguida farei uma discussão com base no livro didático sobre os conceitos de identidade apresentados, procurando na participação dos estudantes identificar as características que demonstram as particularidades da identidade dos jovens

2ª Aula:

Pensando em melhor entender os conceitos de identidade quilombola, a partir da visão dos nativos, convidarei as jovens que participaram da pesquisa no Mulungu para irem à escola falar um pouco sobre essa temática, deixando os estudantes à vontade para questionarem as entrevistadas sobre a identidade individual e coletiva da comunidade.

3ª Aula:

Levarei para a sala de aula, fotos tiradas na pesquisa que retratam o dia a dia da comunidade do Mulungu em diversos momentos: Festas, conversas, entrevistas, jogos, celebrações religiosas e outros para que os jovens possam levantar informações sobre os traços da cultura local para posterior apresentação.

4ª Aula:

Faremos um painel com palavras que marcaram a entrevista realizada pelos estudantes com as jovens e a análise das imagens. Em seguida faremos a exposição do painel em sala de aula

Avaliação:

Será feita através dos painéis

Referências

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016

MEDEIROS FILHO, Diolório Araújo. **Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia: as trajetórias de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**. Trabalho de conclusão do Mestrado. Petrolina: UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2020.

Sequência de Sociologia do Ensino Médio

Tema: Movimentos Sociais e Participação Política

Série: 2º Ano

Conteúdos:

- Os movimentos sociais de ontem e de hoje;
- Caracterização dos movimentos sociais;
- Movimentos sociais no Brasil; movimentos sociais no século XXI;
- A constituição e a importância da associação de mulheres e a de moradores e produtores e do Mulungu; as lideranças históricas da comunidade e sua importância nas conquistas da comunidade

Objetivos:

- Discutir sobre o histórico dos movimentos sociais no Brasil;
- Identificar as características dos diversos movimentos sociais;
- Analisar as novas formas de manifestação dos movimentos sociais;
- Identificar a presença de movimentos sociais organizados na comunidade Quilombola do Mulungu;
- Compreender, a partir da perspectiva dos líderes da comunidade, a importância das lutas e das conquistas do Mulungu ao longo dos tempos;

Número de aulas: 06

Justificativa:

Ao longo dos tempos os movimentos organizados têm ganhado espaço e importância devido a sua atuação na sociedade, seja como parceiro, como proponente de novas políticas e programas ou na crítica às situações em que consideram como prejudiciais à sociedade. Com base nisso, fica evidente que em praticamente todas as comunidades vamos encontrar

movimentos que buscam a participação dos moradores ou envolvidos para o alcance dos objetivos comuns. Dessa forma, na comunidade quilombola do Mulungu podemos destacar a presença de lideranças individuais e a atuação da associação de moradores e produtores já atuando a muito tempo e, recentemente, a associação de mulheres. Assim, a comunidade entende que esses movimentos muito contribuíram e continuam contribuindo para o avanço dos quilombolas do Mulungu.

Encaminhamentos:

1ª Aula:

No primeiro momento farei a minha apresentação e apresentação dos conteúdos a serem estudados na sequência, explicando oralmente sobre os motivos que justificam o trabalho com os mesmos. Em seguida faremos a leitura e discussão do conteúdo apresentado no livro didático sobre o histórico dos movimentos sociais no Brasil e a caracterização deles.

2ª Aula:

Retomaremos a discussão da aula anterior, falando também sobre as diferenças entre os movimentos sociais do passado e do presente e a aproximação deles com o dia a dia dos estudantes. Aqui utilizaremos os resultados dos dados analisados na pesquisa sobre educação contextualizada, no tópico 5.5 que trata da associação dos moradores e a participação política dos jovens nas decisões da comunidade.

3ª Aula:

Nessa aula daremos sequência às discussões da aula anterior e elaboraremos pontos a serem observados em uma visita de campo para participar de uma reunião da associação na comunidade do Mulungu.

4ª Aula:

Participação na reunião da associação. Nesse dia, os estudantes participarão da reunião observando a forma de organização da comunidade podendo questionar, quando achar necessário. Durante a reunião os estudantes registrarão suas impressões e principais constatações sobre os pontos que foram discutidos na pauta do encontro e quais os encaminhamentos dados a cada situação.

5ª Aula:

Dividirei a turma em quatro grupos para a sistematização dos registros realizados na reunião. Cada grupo fará um pequeno resumo sobre o que mais importante na reunião para posterior socialização com os demais colegas.

6ª Aula:

Apresentação dos resumos construídos, sendo que cada grupo dará uma nota aos demais grupos apresentadores, seguidos da avaliação do professor sobre cada atividade apresentada.

Avaliação:

Apresentação de resumos, com avaliação dos colegas e do professor em sala de aula;

Referências

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016

MEDEIROS FILHO, Diolório Araújo. **Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia: as trajetórias de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**. Trabalho de conclusão do Mestrado. Petrolina: UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2020.

Sequência de Sociologia do Ensino Médio

Tema: Movimentos Sociais e Participação Política

Série: 2º Ano

Conteúdos:

- Uma breve história da cidadania;
- Direitos civis, políticos e sociais;
- Direitos e cidadania no Brasil;
- Participação dos jovens e conquistas da comunidade de Mulungu.

Objetivos:

- Discutir sobre o histórico da cidadania no Brasil;
- Debater sobre os direitos civis, políticos e sociais relativos à cidadania no Brasil;
- Debater sobre a cidadania e a participação dos jovens na democracia brasileira;
- Identificar a presença de jovens na associação de produtores e moradores, bem como na associação de mulheres da comunidade quilombola do Mulungu;

Número de aulas: 04

Justificativa:

Discutir sobre cidadania e a participação dos jovens é tarefa da Sociologia e tem ganhado espaço e importância nas discussões sobre movimentos sociais e participação política, devido a sua atuação na sociedade e das possibilidades que se apresentam nas tomadas de decisões. Dessa forma, todas as comunidades procuram se organizar para a consecução dos direitos, bem como no cumprimento dos deveres e na atuação política dos jovens. Assim, é preciso identificar as formas de participação e o envolvimento em que os jovens tem se destacado na comunidade e a participação da população do mulungu de modo geral. Vale ressaltar, ainda, que dessa participação da comunidade e da organização que tem

sido gerada, a comunidade já tem conseguido acessar muitas ações governamentais nas diversas esferas de governo e outras parcerias com instituições públicas e privadas.

Encaminhamentos:

1ª Aula:

No primeiro momento farei a minha apresentação e apresentação dos conteúdos a serem estudados na sequência, explicando oralmente sobre os motivos que justificam o trabalho com os mesmos. Em seguida faremos a leitura e discussão do conteúdo apresentado no livro didático sobre o histórico da cidadania no Brasil

2ª Aula:

Retomaremos a discussão da aula anterior, focando, nesse momento, a questão dos direitos civis, políticos e sociais. Nessa discussão provocarei os estudantes sobre o acesso aos direitos da população negra na época da escravidão no Brasil e posteriormente das comunidades geradas a partir dos fugitivos dos quilombos. Aqui utilizaremos os resultados dos dados analisados na pesquisa sobre educação contextualizada, na parte 5.5 que trata da associação dos moradores e a participação política dos jovens nas decisões da comunidade.

3ª Aula:

Nessa aula daremos sequência às discussões da aula anterior e estudaremos um pouco a respeito da pesquisa sobre educação contextualizada realizada na comunidade do Mulungu, mais especificamente na parte 5.5 que trata da associação dos moradores e a participação política dos jovens nas decisões da comunidade, onde elaboraremos pontos que poderiam ser discutidos em uma reunião da associação da comunidade.

4ª Aula:

Com base no material estudado, faremos uma simulação de uma reunião de uma associação de moradores, a partir da elaboração da pauta e realização do encontro com os

devidos encaminhamentos registrado em um plano de lutas para as manifestações em atos abertos ou para utilização em possíveis negociações com órgãos das diversas esferas governamentais ou com instituições da iniciativa privada de modo geral.

5ª Aula:

Apresentação das pautas e deliberações das reuniões simuladas realizadas.

Avaliação:

Avaliarei a apresentação das pautas e deliberações dos grupos.

Referências

COSTA, Ricardo César Rocha da Costa, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2016

MEDEIROS FILHO, Diolório Araújo. **Educação Contextualizada e Ensino de Sociologia: as trajetórias de luta dos quilombolas do Mulungu e as contribuições das Ciências Sociais**. Trabalho de conclusão do Mestrado. Petrolina: UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2020.

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação contextualizada e Ensino de Sociologia e A trajetória de lutas dos Quilombolas do Mulungu e as possibilidades das Ciências Sociais

Pesquisador: DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 17518410.1.0000.5196

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.830.179

Apresentação do Projeto:

1. Trata-se de parecer de pendências do parecer n.3.732.469

1.1. Trata-se de um projeto vinculado ao Mestrado Profissional em Sociologia da UNIVASF. Sua equipe é composta pelo pesquisador responsável DIOLÍRIO ARAÚJO MEDEIROS FILHO (responsável), Hermógenes Moura (orientador) que estão devidamente cadastrados na Plataforma Brasil. O projeto apresenta os elementos necessários à avaliação ética.

Objetivo da Pesquisa:

2. Os objetivos estão bem delineados, são exequíveis, estão em acordo com a metodologia proposta e podem ser atingidos no prazo estipulado pelo cronograma.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

3. Os riscos foram corrigidos conforme solicitação do parecer anterior e todas as pendências foram atendidas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5. Todos os termos de apresentação obrigatória foram corrigidos e apresentados adequadamente.

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n

Bairro: Centro

CEP: 56.304-205

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-6896

Fax: (87)2101-6896

E-mail: cep@univasf.edu.br

Continuação do Parecer: 3.830.179

5.1. O TCLE foi reformulado, atendendo as pendências pontuadas no parecer anterior.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

7. O projeto atende satisfatoriamente a todos os critérios de análise ética e recomendamos a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

É com satisfação que informamos formalmente a V^a. Sr^a. que o projeto "Educação contextualizada e Ensino de Sociologia e a trajetória de lutas dos Quilombolas do Mulungu e as possibilidades das Ciências Sociais" foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVASF. A partir de agora, portanto, o vosso projeto pode dar início à fase prática ou experimental. Informamos ainda que no prazo máximo de 1 (um) ano a contar desta data deverá ser enviado a este comitê um relatório sucinto sobre o andamento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1387987.pdf	28/12/2019 12:58:58		Aceito
Outros	Carta_de_resposta_ao_CEP.pdf	11/10/2019 22:43:07	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia_da_Associacao_do_Mulungu.pdf	11/10/2019 22:40:49	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito
Orçamento	Orcamento_do_projeto.pdf	04/07/2019 12:14:56	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_investigador.pdf	30/06/2019 07:34:02	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_do_pesquisador.pdf	30/06/2019 07:25:44	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/06/2019 07:16:00	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	29/06/2019 16:04:16	DIOLIRIO ARAUJO MEDEIROS FILHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
 Bairro: Centro CEP: 56.304-205
 UF: PE Município: PETROLINA
 Telefone: (87)2101-6896 Fax: (87)2101-6896 E-mail: cep@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 3.830.179

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PETROLINA, 10 de Fevereiro de 2020

Assinado por:

**Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto
(Coordenador(a))**